

## **GOULART, João**

\*dep. fed. RS 1951 e 1952-1953; min. Trab. 1953-1954; dep. fed. RS 1954; vice-pres. Rep. 1956-1961; pres. Rep. 1961-1964.

*João Belchior Marques Goulart* nasceu em São Borja (RS), no dia 1º de março de 1919, filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Desde criança recebeu o apelido de Jango, comum no Sul do país.

Seu pai, estancieiro em São Borja, criava gado bovino e ovino em duas grandes propriedades, a fazenda do Meio e a fazenda Nossa Senhora, além de exercer atividades comerciais e industriais. Era um dos proprietários da firma Vargas, Goulart, Gomes e Cia. Ltda. em sociedade com Protásio Dornelles Vargas, irmão de Getúlio Vargas, e do Saladeiro Itaqui, ambos especializadas em charque. Embora nunca tivesse ocupado cargos políticos, Vicente Goulart era partidário de Antônio Augusto Borges de Medeiros e várias vezes pegou em armas por questões políticas. Por ocasião da Revolução gaúcha de 1923, que opôs os republicanos liderados por Borges aos federalistas encabeçados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, teve suas fazendas invadidas e saqueadas. Participou também da Revolução de 1930, comandando tropas no Rio Grande do Sul em favor de seu vizinho e amigo Getúlio Vargas, que passou a chefiar o Governo Provisório depois da vitória do movimento.

Uma irmã de João Goulart, Neusa, casou-se com Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul de 1959 a 1963, deputado federal pelo estado da Guanabara de 1963 a 1964 na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e governador do Rio de Janeiro a partir de 1983, eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Terceiro filho de uma família de oito irmãos, Jango passou sua infância na fazenda, onde realizou seus estudos primários e desenvolveu o gosto pela vida do campo, especialmente as atividades pecuárias. Em 1928, foi interno no Ginásio Santana, dos irmãos maristas, localizado em Uruguaiana (RS). Reprovado na quarta série, foi castigado por seu pai com a transferência para o Colégio Anchieta, em Porto Alegre, onde tornou-se zagueiro da equipe juvenil de futebol do Internacional, campeã gaúcha em 1932. No ano seguinte pediu a seu pai para regressar ao Ginásio Santana a fim de cursar o último ano.

Concluído o ginásio, Jango seguiu mais uma vez a orientação do pai, regressando a Porto Alegre no início de 1934 para realizar um curso preparatório que permitisse seu ingresso na faculdade. Terminou este curso com 16 anos, idade insuficiente para ser aceito no nível superior, mas teve seu registro de nascimento alterado por seu pai, que antecipou em um ano a data real, permitindo sua matrícula, em 1935, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre. A partir daí, 1918 passou a ser o ano oficial do nascimento de Jango.

Como acadêmico, não se dedicou a atividades políticas, mantendo-se alheio ao processo de radicalização que nessa época colocava em antagonismo aberto as forças de direita e de esquerda através do confronto entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Também não demonstrou grande interesse pelo curso de direito, preferindo auxiliar o pai na administração dos negócios familiares, especialmente as fazendas. Em suas freqüentes viagens ao interior, participava da vida local, estreitando suas relações com diversos segmentos da sociedade de São Borja. Data dessa época sua estreita amizade com Manuel Antônio (Maneco) Vargas, filho de Getúlio, presidente da República.

Formado em direito em 1939, Jango não quis exercer a advocacia, regressando logo a São Borja para se dedicar efetivamente às atividades agropecuárias. Vicente Goulart, acometido de câncer, foi obrigado a se afastar paulatinamente da direção dos negócios e Jango, filho homem mais velho, passou a assumir a administração das fazendas.

Em 1943, com a morte do pai, Jango herdou 14 mil hectares de terras e 30 mil cabeças de gado, e assumiu definitivamente a responsabilidade de gerir os negócios da família, promovendo uma recuperação da fortuna dos Goulart que, no momento, enfrentavam algumas dificuldades financeiras.

#### O ingresso na vida política

Com o fim do Estado Novo em outubro de 1945, Getúlio Vargas, chefe do governo deposto, retornou a São Borja, sua cidade natal, e passou a viver em sua estância de Itu, onde fortaleceu os laços de amizade com Jango, seu assíduo visitante. Esse contato freqüente marcou, por outro lado, o início do aprendizado político de

Goulart, que se engajou na campanha eleitoral em curso para o pleito de 2 de dezembro e acompanhou de perto as gestões realizadas por diversos líderes para obter o apoio de Vargas à candidatura presidencial do general Eurico Dutra, lançada pelo Partido Social Democrático (PSD). Animado com as perspectivas de expansão do PTB no Rio Grande do Sul, Jango manifestou-se contra essa possibilidade, defendendo, sem êxito, o lançamento de um candidato trabalhista. Vargas optou pela aliança com o PSD e, apesar da divergência, transformou Jango em portador de sua mensagem de apoio a Dutra, divulgada em 25 de novembro e considerada um importante reforço para a vitória petedista no início do mês seguinte.

Passadas as eleições, Getúlio começou a introduzir Jango nos negócios da política, percebendo claramente seu potencial de liderança, expresso pela grande popularidade de que desfrutava no município e por sua facilidade de relacionamento com as pessoas humildes. Além disso, possuía idéias avançadas para a época, como a distribuição de terras e a diminuição das desigualdades sociais. Assim, quando Protásio Vargas convidou Jango para ingressar no PSD, Vargas interveio e pediu sua ajuda para a consolidação do PTB. Admirador do ex-presidente e simpatizante das teses trabalhistas, Jango aceitou o convite, tornando-se membro do diretório municipal de Porto Alegre. Em seguida, associou-se a Manuel Vargas na compra do jornal Uruguai, editado em São Borja e logo colocado a serviço da organização do PTB.

Jango intensificou sua militância política em 1946, ao ser lançado por Getúlio candidato a deputado estadual para as eleições de janeiro do ano seguinte. Durante a campanha, criou novos diretórios do PTB no interior, inclusive o de São Borja, cuja presidência passou a exercer. Eleito por essa cidade, não desempenhou papel de destaque na assembléia estadual, discursando, segundo Antônio Pinheiro Machado Neto, apenas uma vez no plenário, em defesa dos interesses dos pequenos criadores de São Borja. Sua justificativa para esse fato baseava-se na dificuldade que encontrava para fazer contatos políticos devido à intensa campanha movida na época contra Vargas e seus colaboradores mais íntimos. Essa situação levou Jango a continuar se dedicando à campanha em favor da criação de novos diretórios petebistas no interior, além do aprofundamento de suas relações com Vargas.

Em 1947, depois de freqüentar sem assiduidade a Assembléia Nacional Constituinte para a qual tinha sido eleito senador, Vargas regressou a São Borja,

iniciando um longo retiro, do qual só sairia para candidatar-se a presidente em 1950. Naquele final de 1947 e nos dois anos seguintes, Getúlio transformou a estância São Vicente, de propriedade de João Goulart, em centro político. Era lá que recebia todos que o procuravam, informando-se dos acontecimentos, recomendando e aconselhando. Em todas essas ocasiões Jango estava sempre por perto, solícito, diligente e amigo, funcionando não apenas como anfitrião, mas como confidente e interlocutor atento. Assim, acompanhou de perto todos os lances das discussões relativas ao problema sucessório que se apresentava com a proximidade das eleições presidenciais de outubro de 1950. No início deste ano, começaram a se definir de forma mais nítida as negociações em torno das candidaturas à presidência, sendo concretizado em março o acordo secreto que garantiu o apoio de Ademar de Barros, governador de São Paulo, a Getúlio Vargas. Durante este complicado processo de negociações, Jango deu grandes passos em sua carreira política, adquirindo experiência e contatos com destacadas lideranças do país. Sua atuação dentro do PTB também se ampliou neste período, sendo eleito em março, por ocasião da convenção regional do PTB gaúcho, presidente do diretório e da comissão executiva estaduais para o biênio 1950-1952.

No início de abril de 1950, durante um comício no Rio Grande do Sul, Goulart lançou o nome de Vargas como candidato petebista e, no dia 19 desse mesmo mês, durante as comemorações do aniversário do ex-presidente, realizadas por Goulart em sua estância, Getúlio comunicou oficialmente haver aceito sua indicação para as eleições de 3 de outubro seguinte.

A partir daí, Jango se comprometeu a acompanhar Vargas em seus deslocamentos pelo país, passando a desempenhar, junto com Joaquim Pedro Salgado Filho, o papel de coordenador da campanha, iniciada em agosto. Tornou-se, por isto, alvo de constantes ataques por parte da imprensa antigetulista, que o acusava de manter ligações com o presidente argentino Juan Domingo Perón e induzir aquele país a intervir na política brasileira a favor de Vargas, através das críticas da imprensa argentina à política pró-Estados Unidos, desenvolvida pelo presidente Dutra. Paralelamente à sua atuação como um dos articuladores da candidatura Vargas, Goulart candidatou-se a deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PTB.

Vargas derrotou em outubro seu principal opositor, o brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN), ao mesmo tempo que Goulart

conquistava uma cadeira na Câmara Federal, com 39.832 votos. Empossado em fevereiro de 1951, Jango licenciou-se logo da Câmara para assumir a Secretaria do Interior e Justiça do novo governo gaúcho, chefiado por Ernesto Dornelles, primo do presidente. Dedicou-se então, especialmente, à reestruturação do sistema penitenciário estadual, pretendendo melhorar as condições de vida dos presidiários, e, no terreno partidário, continuou seu trabalho de fortalecimento do PTB, estabelecendo contatos sistemáticos nos meios sindicais. Ampliou assim seu prestígio dentro do partido, tornando-se conhecido, inclusive em outros estados, como hábil conciliador e recrutador de quadros.

Jango teve destacada atuação na campanha para as eleições municipais gaúchas de novembro de 1951, quando o PTB conquistou a maioria das prefeituras e, segundo seu próprio relato enviado por escrito a Vargas, adquiriu uma consistência partidária que o transformou na maior força política do Rio Grande do Sul. Em março de 1952, foi reeleito presidente da comissão executiva estadual do PTB para o biênio 1952-1954 e, dois meses depois, assumiu a presidência do diretório nacional do partido. Recebeu então um chamado de Vargas para viajar ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a fim de solucionar uma crise que se desenvolvia há meses dentro da comissão executiva nacional em virtude das divergências entre Danton Coelho e Dinarte Dornelles. Coelho chegara a se afastar do cargo de ministro do Trabalho e fora substituído, em maio de 1951, por José de Segadas Viana, mas a alteração não solucionara a crise.

Atendendo ao chamado, Goulart deixou seu cargo no governo gaúcho e transferiu-se para o Rio em maio de 1952 com a missão de restabelecer a unidade na cúpula petebista e, utilizando sua experiência no Rio Grande do Sul, abrir novos contatos nos meios sindicais cariocas e fortalecer as bases locais do PTB. No Rio, reassumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados. Assim, tornou-se figura de destaque e árbitro de conflitos entre os trabalhistas, ao mesmo tempo que, em estreita ligação com Vargas, passava a controlar os principais cargos de chefia dos institutos de Previdência Social, responsáveis pela distribuição de empregos entre as bases. No exercício destas funções, preparou um novo esquema político que concedia aos sindicatos maior importância na vida nacional, de forma a constituir uma força que pudesse dar respaldo ao presidente, atingido, no segundo ano do seu governo, pelos efeitos da crise política latente desde o período eleitoral.

A UDN não só se recusava a qualquer aliança com o governo, como endurecia sua oposição, chegando alguns setores do partido a se encaminhar para a preparação de um golpe de Estado, sob o argumento de que Vargas estimulava a luta de classes e preparava a implantação de uma ditadura. Por outro lado, nas forças armadas, se aprofundava a crise em torno das questões do petróleo e da participação brasileira na Guerra da Coréia. Nesse quadro, a política de conciliação com a qual Vargas iniciara seu governo já apresentava fortes sintomas de fracasso.

Tendo desempenhado a contento as tarefas a ele atribuídas nesse primeiro estágio político, Jango cresceu em prestígio, ampliando cada vez mais suas bases sindicais. Porém, a auréola de grande líder de massas só o envolveria a partir de junho de 1953, com sua nomeação para o Ministério do Trabalho.

#### No Ministério do Trabalho

Apesar de obter algum êxito em sua atuação pelo PTB junto aos principais sindicatos, Goulart não foi capaz de impedir que o agravamento da situação econômica nacional se traduzisse num aumento da pressão dos trabalhadores sobre o governo. No início de 1953, a inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos cresciam, ao mesmo tempo que apareciam os primeiros sinais do declínio da produção industrial e ampliavam-se os protestos do setor agroexportador, atingido pela política de confisco cambial adotada pelo governo.

A despeito dos apelos de Vargas no sentido de obter a cooperação dos trabalhadores para um projeto de reconstrução econômica que beneficiasse todas as classes, o movimento sindical começou a recuperar agressividade. Com o objetivo de atenuar os efeitos da crise, a classe operária começou a lutar pela obtenção de vantagens econômicas já que o aumento salarial concedido pelo governo em dezembro de 1951 e estimado em 14% sobre o salário mínimo estabelecido em 1943 foi considerado irrisório pelos trabalhadores, uma vez que o custo de vida entre 1943 e 1951 tinha subido 100%, segundo Timothy Harding.

Nesse quadro, eclodiu em São Paulo em março de 1953 a chamada Greve dos Trezentos Mil, que reuniu diversas categorias de trabalhadores, visando à obtenção de melhorias salariais e culminou com a criação de um órgão de comando intersindical que

originária mais tarde o Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Com a deflagração desse movimento, ficaram evidenciados o descontentamento da classe trabalhadora com a política salarial de Vargas e sua possibilidade de escapar ao controle da estrutura sindical oficial.

Pressionado por todos os lados, Vargas procurava transformar as relações difusas que mantinha com a massa operária em relações mais organizadas e estáveis, tarefa para a qual se achava despreparado, já que mantinha sobre o assunto sérias divergências com seu ministro do Trabalho, José Segadas Viana. Com isso, o prestígio político do presidente no meio sindical deteriorava-se rapidamente.

Essa situação atingiu seu ponto máximo com a deflagração da greve dos marítimos no Rio de Janeiro, Santos e Belém em junho de 1953, quando novamente eclodiram as divergências de Vargas com seu ministro. Segadas Viana, contrariando a orientação do presidente, denunciava a manifesta insuficiência da estrutura sindical oficial para exercer o controle sobre a classe operária e reivindicava a necessidade de uma reforma da Justiça do Trabalho. Enquanto isso não era concretizado, desejava reprimir a greve através da utilização de um decreto que, embora promulgado durante a Segunda Guerra Mundial, não tinha um dispositivo que determinasse seu prazo de vigência, e estabelecia que a Marinha Mercante poderia ser convocada como reserva da Marinha de Guerra. A aplicação desse decreto permitia a convocação dos marítimos sob o regimento militar, o que significava que o não comparecimento ao trabalho seria considerado como deserção. A aplicação dessa medida provocaria uma grave ruptura entre o governo e as massas operárias.

Diante dessa situação, Goulart, presidente do PTB e detentor de alguma influência nos meios sindicais, entrou em polêmica aberta com o ministro do Trabalho, discordando de sua orientação e procurando criar canais para uma aproximação maior de Vargas com a classe operária. Realizou assim sua primeira intervenção nas relações entre o governo e o movimento operário, num momento em que ficava clara a necessidade de uma reformulação na orientação política oficial em relação às classes trabalhadoras. Neste contexto, ocorreu a reforma ministerial de junho de 1953 e a indicação do nome de João Goulart para ocupar a pasta do Trabalho.

Segundo Maria Celina Soares d'Araújo, esta escolha significava uma tentativa de reaproximação de Vargas com os trabalhadores, “com o objetivo de recuperar a confiança daquele setor cuja oposição poderia patentear seu fracasso total”. Representava ainda, segundo Harding, uma tentativa de estar à frente do radicalismo operário lançado desde a Greve dos Trezentos Mil. Ao invés de tentar reprimir os trabalhadores, Vargas esperava desarmar a nova militância operária, com a ajuda de Goulart, que tinha reputação de negociar com os comunistas e outros líderes operários independentes, abrindo a possibilidade de ganhar a confiança desses setores para o governo.

À indicação de Goulart, entretanto, foi duramente criticada pelos grupos conservadores, inclusive os principais jornais, que atacavam seus laços com o operariado e o acusavam de simpatias pelo peronismo argentino e de pretender implantar no Brasil uma república sindicalista. Tentando pacificar seus críticos, ao assumir o cargo em 17 de junho de 1953 Goulart se comprometeu a guiar-se pelos postulados democráticos e não promover um programa de agitação.

À frente do ministério, a primeira tarefa de Goulart foi estabelecer um canal de negociação entre o governo e os grevistas. Assim, apenas três dias depois de sua posse, o comando geral da greve se reuniu sob a coordenação de um representante do ministério e com a assistência de uma comissão oficial de técnicos para discutir uma proposta conjunta dos empregados e do governo. Depois desta reunião, os representantes dos empregadores e dos trabalhadores se reuniram com o próprio Goulart na sede do ministério, para chegar a uma solução definitiva para o conflito.

Pondo toda a capacidade de pressão de que dispunha em favor do objetivo de conciliar as partes em conflito, Goulart deixou muito claro para todos o sentido político de sua posição. Era chegada “a hora de acabar com as intransigências”. A greve terminou dois dias depois com o atendimento da maior parte das reivindicações dos marítimos, inclusive a renúncia, sob pressão de Jango, da diretoria da federação à qual eram vinculados.

Esse resultado gerou logo um conflito com o ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, que tentava implantar uma política de contenção de gastos do Estado, principal empregador dos marítimos. Ainda assim, Goulart foi considerado vitorioso nessa

primeira tarefa, passando a desenvolver uma política de liberalização das relações entre os sindicatos e o ministério. Essa proposta se concretizou com a extinção do pedido prévio e obrigatório para realizar qualquer assembléia sindical, o fim do envio de um fiscal do ministério para assistir e anotar o que ocorria nas assembléias e a suspensão dos adiantamentos feitos pela Comissão Técnica de Orientação Sindical, órgão de controle do ministério, de forma a evitar a completa dependência financeira dos sindicatos. Ao lado desses procedimentos, Goulart criou uma rede de lideranças sindicais que dependia dele, desalojando as antigas lideranças, muitas das quais tinham obtido seu poder no governo Dutra.

A aproximação de Goulart com as massas e com as lideranças sindicais de esquerda exigiu um reforço na política previdenciária. Com esse objetivo, em agosto de 1953 realizou-se no Rio de Janeiro, sob a égide do Ministério do Trabalho, o I Congresso Brasileiro de Previdência Social, através do qual, segundo Amélia Cohn, Jango pretendia estabelecer as principais diretrizes para uma melhor utilização da previdência como um mecanismo de revigoração do populismo. Entretanto, as reivindicações dos congressistas extravasaram os limites da pauta prevista, tratando de sua participação nos níveis decisórios das instituições previdenciárias e questionando a política salarial vigente. Por outro lado, as forças conservadoras — civis e militares — protestavam contra a realização de um “congresso peronista, preparativo para a desordem social”, onde, segundo elas, se acumpliciavam comunistas e representantes do Ministério do Trabalho, inclusive o próprio Jango.

Esse tipo de acusação foi feito constantemente a Goulart, considerado responsável por insuflar greves e pregar a luta de classes. Um importante periódico da época, citado por Caio Navarro Toledo, chegou a dizer que Jango, ao invés de ser um ministro do Trabalho, transformara-se num autêntico “ministro dos trabalhadores”. Em resposta, Jango, novamente citado por aquele autor, chegou a afirmar: “Essa confiança do proletariado na secretaria de Estado que dirijo deveria constituir-se num motivo de tranquilidade (para os patrões) e nunca de alarme. Pretender-se-ia, talvez, que o operariado brasileiro, já tão desencantado, não acreditasse nos poderes constitucionais?” Continuando, disse ainda: “Não passa de torpe intriga o boato de que sou contra o capitalismo. À frente do Ministério do Trabalho, estou pronto a estimular e aplaudir os capitalistas que fazem de sua força econômica um meio legítimo de produzir riquezas,

dando sempre às suas iniciativas um sentido social, humano e patriótico.” Essa posição foi confirmada pelo seu desempenho pessoal em diversos momentos que antecederam a segunda greve dos marítimos, deflagrada em outubro de 1953.

Depois de ter negociado com o comando geral da greve por ocasião de seu ingresso no ministério e ter procurado desarmar as lideranças mais radicais dessa categoria, Jango viu-se diante de nova ameaça de paralisação para reivindicar o cumprimento integral do acordo de cessação de greve, que havia sido aprovado em 26 de junho. Na iminência da deflagração de novo movimento, segundo Denis Barsted em seu trabalho *Medição de força*, Goulart partiu em viagem para o Norte do país, ficando Hugo de Faria, chefe do Departamento Nacional do Trabalho, encarregado de adotar as medidas necessárias para a repressão e desmobilização do movimento grevista.

A intervenção do Ministério do Trabalho nesse episódio demonstrou que Jango, contrariando as acusações de agitador comunista que lhe imputavam, agia em defesa do sistema nos momentos em que as reivindicações sociais ameaçavam ultrapassar os limites possíveis, ainda que isso custasse a repressão aos movimentos operários. Segundo Hugo de Faria, a intervenção mais radical era necessária porque “a conjuntura política não comportava uma segunda greve, e se ela tivesse havido, o dr. Getúlio teria deixado de ser presidente naquele momento”.

Na maioria das vezes, entretanto, Goulart procurava evitar tais procedimentos repressivos, usando a negociação como principal arma. Com essa perspectiva aprofundou seus contatos com líderes sindicais comunistas, utilizando sua colaboração como uma forma de controlar as reivindicações dos principais sindicatos através de sua intervenção pessoal em lutas salariais, evitando assim várias greves e obrigando os empregadores a concessões.

Em janeiro de 1954, enquanto os bancários estavam lutando por aumento salarial, Goulart propôs publicamente um salário mais alto do que os banqueiros iam oferecer, recebendo por isto duras críticas da entidade patronal, que o acusou de quebrar os procedimentos regulares de arbitragem.

A despeito de todo empenho de Goulart e de suas incessantes negociações com as diversas categorias profissionais de forma a manter as reivindicações trabalhistas sob

controle, a questão salarial ainda suscitava grandes preocupações no início de 1954, devido ao aumento constante do custo de vida. Numa conjuntura em que as dificuldades econômicas aumentavam e as forças oposicionistas ganhavam cada vez mais espaço com o desenvolvimento da campanha golpista dirigida pelo jornalista Carlos Lacerda, tornava-se fundamental garantir o apoio da classe trabalhadora como suporte político do governo. Com essa perspectiva, em janeiro de 1954 Goulart começou a preparar os estudos necessários para a apresentação no Congresso de um projeto de duplicação do salário mínimo, que passaria de 1.200 para 2.400 cruzeiros por mês, quantia equivalente ao saldo de um segundo-tenente do Exército. Já prevendo a oposição que o projeto sofreria, Goulart avisou a Vargas que colocaria seu cargo à disposição, de modo a evitar-lhe maiores problemas.

As suposições de Jango logo se confirmaram. Além da oposição de Osvaldo Aranha, preocupado com a contenção das despesas governamentais, a UDN considerou o projeto como um instrumento voltado para estimular a luta de classes no país. Uma de suas facções, conhecida como “Banda de Música”, transformou-se na principal porta-voz das denúncias contra a ação de Goulart, atribuindo-lhe um papel de subversão e manipulação da classe operária. As pressões contra o projeto atingiram seu auge no início de fevereiro de 1954, quando 82 coronéis e tenentes-coronéis assinaram um memorial afirmando que possíveis aumentos de salários de algumas profissões (alusão direta ao projeto de Goulart) provocariam a elevação do custo de vida, agravando a situação dos baixos vencimentos nos quadros do Exército, que veria dificultado o recrutamento de oficiais. Além de tratar dos níveis salariais, o manifesto afirmava existir uma situação de descontentamento militar devido à falta de aparelhamento e à precariedade das instalações. Entregue ao ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, o documento só chegou às mãos do presidente no dia 22 de fevereiro, dez dias depois de sua assinatura. Neste ínterim, Goulart tinha oficializado a proposta do aumento de 100% do salário mínimo. Assim, no mesmo dia 22, de modo a evitar o agravamento da situação, Vargas exonerou Goulart e Espírito Santo Cardoso, substituindo-os respectivamente por Hugo de Faria e Zenóbio da Costa.

Com esta modificação, o presidente cedeu, segundo Harding, às pressões dos grupos conservadores e afastou-se temporariamente do operariado, procurando exercer maior controle sobre os sindicatos.

À frente do ministério, Jango tomara ainda outras medidas. Expedira instruções que regulavam os empréstimos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) às cooperativas e seus segurados, instituía a semana de prevenção de acidentes de trabalho; contribuía para a lei que alterou o limite máximo do valor do imóvel para o financiamento da moradia dos associados dos institutos e caixas de aposentadorias e pensões; assinara decretos dispondo sobre a situação dos representantes dos empregados no conselho fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) autorizando a Previdência Social a colaborar através de financiamentos e assistência técnica com as entidades sob jurisdição dos estados e municípios para a construção e financiamento de casas populares.

#### Eminência parda do ministério

Jango reassumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, mas, apesar de afastado do ministério, não perdeu sua influência sobre este órgão, uma vez que Vargas não nomeou novo titular para a pasta. Hugo de Faria permaneceu como interino no cargo, possibilitando a manutenção do poder de fato do ex-ministro, sem comprometê-lo diretamente. Segundo as próprias palavras de Hugo de Faria, “nunca dr. João Goulart foi tão ministro do Trabalho como quando eu era ministro interino e ele (oficialmente) não ocupava mais cargo nenhum”.

No final de março de 1954, o ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, foi instruído por Getúlio para preparar uma nova taxa de aumento salarial, de acordo com a orientação econômica do governo. A seguir, Aranha recomendou um aumento de 50% sendo criticado publicamente por Goulart que, através de um artigo publicado no Correio da Manhã, reiterou a necessidade do aumento de 100%. Em consequência, foi mais uma vez acusado de incitar os operários contra o plano governamental. Ainda assim, Jango continuava ligado ao governo, atendendo a grande quantidade de pedidos e chamados do palácio presidencial do Catete e indo com Vargas, todas as quartas-feiras, visitar o ministro do Trabalho Hugo de Faria.

Finalmente, no dia 1º de maio de 1954, em seu discurso aos trabalhadores, Vargas anunciou a concessão do aumento de 100% do salário mínimo, aceitando a recomendação de João Goulart e apontando-o como “um infatigável amigo e defensor dos trabalhadores brasileiros”. Esse gesto rendeu a Vargas alguns frutos, mas também

gerou inúmeros problemas adicionais. Embora reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a legalidade do decreto, muitos empregadores alegavam não poder arcar com os custos, o que ocasionou o desencadeamento de uma série de greves.

Por outro lado, essa medida provocou um considerável estreitamento nas bases de apoio do governo. Enquanto os setores que se sentiam prejudicados pelo aumento (empresários, setores médios, militares) engajavam-se definitivamente na oposição, os trabalhadores, beneficiados pela medida, não estavam suficientemente organizados para servir de suporte à manutenção de Vargas, pois seus métodos de controle do operariado haviam deixado as organizações sindicais frágeis e incapacitadas de fornecerem um apoio efetivo.

A decretação do monopólio estatal do petróleo em outubro de 1953 também contribuiu para engrossar a oposição a Vargas com setores políticos, empresariais e militares.

Assim, em agosto de 1954 Getúlio estava efetivamente isolado. A situação tornou-se crítica depois do atentado da rua Toneleros, no Rio, realizado no dia 5 daquele mês com o objetivo de eliminar Carlos Lacerda, figura que capitaneava a oposição. Em seu lugar, morreu o major da Aeronáutica Rubens Vaz, seu acompanhante na ocasião.

Desde então, e tendo sido demonstrada a ligação entre os criminosos e a guarda pessoal do presidente, intensificaram-se as pressões sobre o governo e as soluções apontadas nos meios políticos para contornar a crise giravam em torno de uma licença presidencial ou da renúncia. Durante toda essa fase, Jango continuou próximo a Vargas, que mandou chamá-lo no dia 23 de agosto, quando a crise atingia seu ponto máximo, para lhe entregar um envelope lacrado e lhe pedir que partisse para Porto Alegre com o objetivo de informar a Ernesto Dornelles da gravidade da situação. Acrescentou ainda que aquele documento deveria ser divulgado nos jornais do Rio Grande do Sul, ou ainda, na eventualidade de isso tornar-se impossível, na Argentina, caso lhe acontecesse alguma coisa. Jango, porém, não partiu imediatamente, e não tomou conhecimento do conteúdo do documento. Na manhã de 24 de agosto, foi surpreendido pela notícia do suicídio de Vargas. O envelope que recebera continha uma cópia da carta-testamento, cuja publicação Getúlio temia que fosse proibida nos jornais do Rio de Janeiro.

## As eleições de 1954 e 1955

A morte de Vargas atingiu Jango profundamente, levando-o a afastar-se da vida política e a retirar-se para suas propriedades em São Borja, enquanto se iniciava o governo do vice-presidente João Café Filho. Jango permaneceu em São Borja até se aproximarem as eleições legislativas de outubro de 1954. Segundo seu depoimento, o diretório nacional do PTB, a despeito de conhecer sua resolução de afastar-se da política, convocou-o então para participar do pleito, de forma a dar respaldo através de seu prestígio político à candidatura ao Senado, pelo Rio Grande do Sul, de Rui Ramos, que sofria inúmeras restrições por ser protestante. Diante disso, Jango decidiu candidatar-se à segunda vaga de senador pelo PTB do Rio Grande do Sul, mas foi derrotado no pleito de 3 de outubro por Armando Pereira Câmara, candidato eleito pela Frente Democrática, coligação formada pelo PSD, a UDN e o Partido Libertador (PL). Goulart obteve 346.196 contra 402.438 votos de seu opositor. No governo do estado, o PTB também foi derrotado pelo candidato da Frente Democrática, Ildo Meneghetti.

Ainda que derrotado nas eleições de 1954, Jango era considerado como o legítimo herdeiro político de Vargas, líder em cuja direção se orientavam as principais forças do trabalhismo. Segundo Francisco Weffort, a morte inesperada de Vargas deixara um vácuo no poder, não havendo qualquer força política que estivesse preparada para sucedê-lo nas condições críticas criadas por seu suicídio. Caberia a Goulart “rearticular o que restava do velho esquema da política varguista” e “garantir a possibilidade de uma sobrevivência do regime populista no Brasil”, que, apesar de gravemente afetado com a perda de seu chefe, tinha sobrevivido à crise de 1954.

O primeiro passo de Goulart nessa nova conjuntura foi a articulação do PTB para as eleições presidenciais que seriam realizadas em outubro de 1955. A aproximação do pleito agravava as dificuldades políticas do país, pois os setores antigetulistas defendiam a tese de que a luta eleitoral entre duas candidaturas polarizadas tenderia a agravar a crise. Apesar disto, em outubro de 1954, porém, já se tornara público que Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais, pretendia concorrer no ano seguinte ao pleito presidencial.

Nessa ocasião, estando o PTB inclinado a estabelecer novamente aliança com o PSD, iniciaram-se conversações entre Goulart e Juscelino com o objetivo de articular a

candidatura do líder petebista para a vice-presidência da República. Em 7 de novembro foi publicada uma entrevista do pessedista Etelvino Lins afirmando a necessidade de uma candidatura à presidência a partir de uma ampla frente partidária sem a exclusão do PTB, e sem distinção entre civis e militares.

Essa proposta não ganhou força no seio do PSD e nesse mesmo mês de novembro, na convenção nacional do partido, a candidatura de Juscelino foi aprovada. Mas o clima não era propício para a realização de eleições. Em 31 de dezembro, Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar da Presidência, entregou a Café Filho um documento em que altas autoridades militares, pronunciando-se sobre a situação nacional, apelavam por uma colaboração interpartidária e declaravam que uma candidatura militar não encontraria respaldo nas forças armadas, que consideravam conveniente o lançamento de um candidato único e civil. Café Filho mostrou-se solidário ao manifesto dos militares, considerado por Juscelino como uma demonstração clara da oposição militar à sua candidatura. João Goulart e os líderes do PSD e do Partido Social Progressista (PSP) também reagiram ao documento, declarando que competia exclusivamente aos partidos apresentarem os candidatos aos cargos eletivos. Juscelino teve sua candidatura homologada pela convenção nacional do PSD, no dia 10 de fevereiro de 1955. No dia 11 de abril, foi realizada uma reunião na casa de Osvaldo Aranha entre os petebistas João Goulart e Abilon de Sousa Naves (vice-presidente do diretório nacional do PTB), e os líderes pessedistas Ernâni Amaral Peixoto e Juscelino Kubitschek, contando também com a presença do próprio Aranha. Nesse encontro foram acertadas as bases para aliança PTB-PSD, ficando definido que, em caso de vitória, o primeiro partido indicaria os nomes dos ministros do Trabalho e da Agricultura do novo governo. Ainda no dia 16 desse mês, foi oficializado o acordo entre os dois partidos, estabelecendo que Goulart seria o nome que comporia a chapa como vice-presidente, ao lado de Juscelino.

Dois dias depois, o diretório nacional do PSD aceitou a indicação do nome de Goulart e, ainda nesse mesmo dia, a chapa foi homologada na convenção nacional do PTB. Nesta ocasião, foi lida uma carta de Luís Carlos Prestes na qual o líder do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), propunha uma ação comum entre petebistas e comunistas, fato que aumentou a desconfiança em relação ao nome de Goulart.

Após o lançamento oficial da chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart, a movimentação contra as eleições e a favor da intervenção dos militares tornou-se mais evidente. As restrições à candidatura pessedista cresceram assustadoramente com a incorporação do nome de Jango. Se, por um lado, o lançamento de Goulart aumentou as possibilidades eleitorais da chapa devido à penetração do líder petebista junto aos meios sindicais e às massas populares, por outro provocou imediata reação nos círculos antigetulistas que, considerando o ex-ministro do Trabalho como herdeiro de Vargas, alegavam que a formação da aliança PSD-PTB colocava o país sob a ameaça de retornar ao varguismo e, portanto, de voltar a mergulhar no “mar de lama”.

No final de abril, essa situação foi agravada com a entrevista de Dutra ao jornal O Globo, manifestando sua oposição ao nome de Goulart. Essas restrições ao líder petebista abriram uma crise no interior do PSD em virtude da negativa dos diretórios dissidentes de Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em aceitar a chapa indicada pelo partido. No dia 10 de junho, os pessedistas, reunidos na sua convenção nacional, ratificaram finalmente o nome de Goulart para concorrer às eleições ao lado de Juscelino, solidificando assim a aliança PTB-PSD. Isso, contudo, não dissolveu os problemas que envolviam a crise sucessória.

A UDN, depois de apoiar por certo tempo a frustrada candidatura de Etelvino Lins, acabou se unindo ao PDC no apoio à chapa Juarez Távora-Milton Campos. Os outros candidatos foram Ademar de Barros-Danton Coelho, pelo PSP, e Plínio Salgado, pelo Partido de Representação Popular (PRP).

No mês de agosto, dois novos fatos contribuíram para agravar a situação. O primeiro consistiu no discurso pronunciado pelo general Canrobert Pereira da Costa no Clube Militar, no dia 5, ocasião do primeiro aniversário da morte do major Rubens Vaz. Referindo-se ao regime de “falsidade democrática” e de “pseudolegalidade” em que vivia o país, Canrobert lamentou o insucesso da fórmula de “união nacional”. O segundo foi o manifesto eleitoral do PCB, publicado no dia 11 no jornal comunista Imprensa Popular. O documento expressava a posição oficial do partido, de apoio à chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart, devido ao compromisso de ambos os candidatos de lutarem contra o golpe, em defesa da Constituição e das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida do povo. O documento provocou grande reação nos meios militares e o ministro da Guerra general Henrique Teixeira

Lott declarou-se publicamente preocupado com o fato de Juscelino e João Goulart aceitarem o apoio dos comunistas.

Em meados de setembro, um novo episódio veio tumultuar o cenário político. No dia 17, Lacerda publicou na Tribuna da Imprensa, uma carta datada de 5 de agosto de 1953 e dirigida a Goulart, naquela época ministro do Trabalho. O documento, cujo suposto autor era o deputado argentino Antonio Jesús Brandi, ficou conhecido como Carta Brandi e relatava os entendimentos secretos que Goulart teria mantido com Juan Domingo Perón, então presidente da Argentina, no sentido da implantação no Brasil de uma república sindicalista, bem como a existência de contrabando de armas argentinas para o país. Em face da gravidade destas denúncias, o general Lott, atendendo à solicitação de parlamentares petebistas, ordenou a abertura de um inquérito policial-militar (IPM), que foi chefiado pelo general Emílio Maurel Filho. Os primeiros resultados da sindicância efetuada em Buenos Aires, embora admitissem a autenticidade da denúncia, não chegaram a pesar em termos eleitorais, por terem sido divulgados no dia exato do pleito. Essa questão, porém, só seria devidamente esclarecida quando, ao final da sindicância, foi comprovado que a carta havia sido forjada.

As eleições de 3 de outubro foram realizadas com a garantia das tropas do Exército. Concluídas as apurações em meados do mês, Juscelino obteve cerca de três milhões de votos contra dois milhões e seiscentos mil de Juarez Távora, enquanto Jango, com três milhões e seiscentos mil sufrágios, suplantou em mais de duzentos mil votos o segundo colocado no pleito para a vice-presidência, Milton Campos. O outro candidato ao cargo, Danton Coelho, recebeu apenas um milhão e cento e quarenta mil votos.

Logo após a divulgação dos resultados, a UDN e seus aliados deram início a uma batalha judiciária com o objetivo de anular as eleições e impedir a proclamação dos candidatos eleitos, alegando os seguintes fatos: a ilegitimidade dos votos dados pelos comunistas, ocorrência de corrupção eleitoral e a inexistência de maioria absoluta, tese já defendida, sem êxito, por ocasião da eleição de Vargas em 1950. Ao mesmo tempo, liderados por Lacerda, alguns setores udenistas passaram a pregar abertamente a deflagração de um golpe militar.

As teses udenistas encontravam apoio por parte de altas patentes militares, notadamente os ministros Edmundo Jordão Amorim do Vale (Marinha) e Eduardo Gomes (Aeronáutica). Essa situação seria agravada em 1º de novembro de 1955, quando o coronel Jurandir de Bizarria Mamede, em nome do Clube Militar, pronunciou um discurso por ocasião do sepultamento do general Canrobert, incitando os chefes militares a impedir a posse de Juscelino e Goulart. O general Lott, entendendo que o coronel havia infringido os regulamentos militares que proibiam qualquer manifestação política por parte dos oficiais, decidiu aplicar-lhe a devida punição. Entretanto, Mamede se encontrava vinculado aos quadros da Escola Superior de Guerra (ESG), órgão subordinado à Presidência da República, tornando necessário seu retorno à esfera do Ministério da Guerra para que Lott pudesse puni-lo.

Na manhã do dia 3 de novembro, o presidente Café Filho adoeceu repentinamente, transmitindo cinco dias depois o governo a seu sucessor legal, o presidente da Câmara, Carlos Luz, que, embora deputado pelo PSD, defendia posições próximas à UDN. Encontrando resistência por parte de Café Filho e Carlos Luz para punir o coronel Mamede, Lott pediu demissão da pasta da Guerra no dia 10, sendo substituído pelo general Álvaro Fiúza de Castro, partidário das posições udenistas. Entretanto, na madrugada de 11 de novembro, Lott, com o decisivo apoio do general Odílio Denis, comandante do I Exército, liderou um movimento militar para afastar Carlos Luz da presidência da República, alegando que este mantinha ligações com a corrente golpista liderada por Lacerda.

Ainda no dia 11 de novembro, o Congresso Nacional aprovou o impedimento de Carlos Luz, dando posse na presidência da República a Nereu Ramos, vice-presidente do Senado. Nesse mesmo dia, Lott reassumiu suas funções no Ministério da Guerra e, diante da possibilidade de Café Filho voltar a ocupar a presidência, decidiu afastá-lo também do cargo devido às suspeitas de seu envolvimento nas articulações contra a posse de Juscelino e João Goulart. No dia 22 de novembro, o Congresso votou o impedimento de Café, confirmando Nereu Ramos como presidente até a posse dos candidatos eleitos.

No dia 23, a Câmara dos Deputados decretou o estado de sítio no país por 30 dias e no dia seguinte o Senado aprovou a medida. Em 7 de janeiro de 1956, o Tribunal

Superior Eleitoral proclamou os resultados oficiais das eleições de 3 de outubro, dando como vencedores Juscelino Kubitschek e João Goulart.

#### Primeiro mandato na vice-presidência

A chapa vencedora do pleito presidencial foi empossada em 31 de janeiro de 1956, cabendo a Jango, por força de dispositivo constitucional, além da vice-presidência da República, a presidência do Senado. Além disto, o acordo PSD-PTB previa que o presidente nacional deste segundo partido — no caso, o próprio Goulart — seria o responsável pela indicação do ministro do Trabalho, dos presidentes das autarquias ligadas à pasta e do primeiro escalão da Previdência Social, além de controlar a política sindical em geral.

A despeito do acordo, Kubitschek não estava conformado em depender de Goulart para relacionar-se com as questões trabalhistas, procurando construir desde logo sua própria alternativa para os sindicatos através de uma aliança direta com eles, sob a alegação de que os trabalhadores não precisavam de intérpretes. Para diminuir a intermediação de Goulart, nas questões sindicais, o presidente não abriu mão de negociar nomes de sua própria confiança para ocupar o Ministério do Trabalho, gerando uma disputa que se refletiria em todas as nomeações ocorridas para o cargo. Juscelino não deixava de consultar Goulart, mas buscava fazer prevalecer sua própria política. Goulart só viria a adquirir pleno controle sobre o ministério durante a gestão de João Batista Ramos, o último dos três ministros do período.

Ainda assim, a posição de Juscelino não era fácil na área sindical. Sua aproximação com os sindicatos era demasiadamente recente, além de não contar com nenhuma equipe política ou sindical que lhe permitisse enfrentar a competição inevitável de Goulart, tido como o continuador de Vargas e possuidor de uma ascendência sobre as massas que ultrapassava o poder dos ministros.

Nessas circunstâncias, era inevitável que o vice-presidente desempenhasse um papel crucial nesta área. A ele cabia a tarefa de garantir o funcionamento da política sindical do governo, que tinha como objetivo evitar os antagonismos de classes e promover a unidade e cooperação entre patrões e empregados, contemporizando os conflitos sociais de forma a conter os aspectos mais agudos e agressivos das

reivindicações sociais. Para isto, Goulart teve que montar um complicado sistema de alianças políticas, de um lado com o PSD e de outro com líderes sindicais, de forma a promover a unidade trabalhista.

Partindo dessa perspectiva, tentou conciliar as diferentes facções trabalhistas: políticos petebistas, comunistas e líderes sindicais considerados “pelegos” como Ari Campista, Diocleciano de Holanda Cavalcanti e Sindulfo de Azevedo Pequeno, que controlavam as confederações nacionais e suas bases nas federações sindicais. A cooperação entre essas facções, principalmente entre as duas primeiras, segundo Harding, ajudou a manter o pacto populista preconizado por Vargas entre o operariado e as elites, na medida em que os comunistas supriam os quadros sindicais com um pessoal disciplinado que o PTB não possuía. Por outro lado, como o PCB era ilegal, o PTB se constituía em seu canal para a ação legal, através do lançamento de candidatos sob sua legenda.

Os primeiros frutos desse trabalho unificador de Goulart apareceram em pouco tempo, na comemoração do 1º de maio de 1956, quando Ari Campista e o líder comunista Roberto Morena colocaram de lado seus antigos conflitos e aceitaram a leitura de um discurso escrito coletivamente, reivindicando pontos previamente negociados: aumento do salário mínimo, salário profissional, reforma agrária, extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, mais rapidez e eficiência na ação da Justiça Trabalhista, aposentadoria com 55 anos ou após 30 anos de serviço e direito de greve sem restrições.

Paralelamente às suas atividades junto à esfera sindical, Jango ocupou a presidência da República de 19 a 27 de julho de 1956 em virtude da visita de Juscelino ao Panamá para participar de um encontro de presidentes do continente.

Durante esse período inicial do governo, Jango, na visão de Skidmore, procurou construir uma imagem de líder mais moderado, evitando (com sucesso) dar qualquer evidência substancial às constantes afirmações de que pretendia ser um novo Perón. Ainda assim, em setembro de 1956, o deputado udenista Carlos Lacerda iniciou nova campanha contra ele, acusando-o de envolvimento em transações comerciais ilícitas referentes a exportações de pinho para a Argentina. Lacerda, por sua vez, foi acusado pelos petebistas e pessedistas de violar o código secreto do Itamarati, por haver

divulgado um documento oficial do Ministério das Relações Exteriores que versava sobre o assunto, o que constituía crime previsto na Lei de Segurança Nacional. Nessas circunstâncias, parlamentares petebistas pediram à Câmara Federal que concedesse licença para que Lacerda fosse processado, o que seria negado em maio seguinte. A partir da sua denúncia, as atividades de Goulart passaram a ser alvo de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) e os trabalhistas passaram a apregoar a instauração de uma lei de imprensa para coibir abusos por parte dos jornalistas.

Em novembro de 1956, na condição de membro e presidente de honra da Frente de Novembro — movimento que congregava petebistas, comunistas, nacionalistas e partidários do general Lott em oposição aos lacerdistas, que integravam o Clube da Lanterna —, Goulart promoveu e organizou inúmeros comícios e passeatas. Convocou também uma reunião com os presidentes dos sindicatos patronais, na qual solicitou que estes fechassem seus estabelecimentos no dia 11 de novembro e comparecessem às homenagens que seriam prestadas ao ministro da Guerra, general Lott por ocasião do aniversário do movimento militar que garantira a posse dos novos governantes. Nessa festividade, foi o escolhido para entregar uma espada de ouro ao homenageado.

Durante o ano de 1957 Jango sofreu forte oposição dentro do PTB, tendo sua liderança desafiada pelo deputado Fernando Ferrari. O parlamentar dissidente acusava Goulart de não imprimir ao partido uma nova orientação ideológica, limitando-se apenas a capitalizar a legenda de Vargas para vantagens eleitorais de curto prazo. De outro lado, também nessa ocasião se constituiu dentro do PTB uma facção intitulada Grupo Compacto que procurava manter uma linha de independência em relação ao comando de Goulart e defendia a implantação de reformas sociais a curto prazo.

A despeito dessas divergências e contestações, a proposta de Goulart para a concretização da unidade sindical progredia. Em março de 1958, ele foi o promotor da I Conferência Nacional do Trabalho, realizada no Rio de Janeiro, onde imperou uma atmosfera de unidade e cooperação entre os líderes das várias correntes políticas.

Ainda durante esse ano, Goulart viajou a Genebra, Suíça, como chefe da delegação brasileira à Conferência Internacional do Trabalho, e aos Estados Unidos onde reafirmou seus pontos de vista democráticos.

## Os preparativos para as eleições presidenciais de 1960

Em 1959 iniciaram-se as articulações políticas com vistas à escolha de candidatos para as eleições presidenciais de outubro do ano seguinte.

A aliança PSD-PTB, vitoriosa em 1955, estava consideravelmente enfraquecida. Enquanto o PTB, liderado por Goulart e Brizola, direcionava suas atividades políticas para as bases populares e aproximava-se do PCB, os setores mais conservadores do PSD afastavam-se dos trabalhistas, procurando alianças com a UDN. Isso se concretizava, na prática, através da atuação de grupos interpartidários, como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP). O primeiro, criado em 1957, constituía um grupo de pressão com uma plataforma nacionalista que condenava o imperialismo e o capital estrangeiro. O segundo reunia grupo de conservadores e simpáticos à participação do capital estrangeiro na economia nacional e tinha como objetivo fazer oposição às propostas da FPN.

Por outro lado, segundo Maria Vitória Benevides, o presidente Juscelino manobrava desde o início do ano para que Juraci Magalhães, então governador da Bahia e presidente da UDN, fosse lançado à presidência da República como candidato de união nacional. Seria uma tentativa de estabilizar a vida política brasileira, permitindo à UDN, três vezes derrotada, chegar ao governo federal pelo caminho das urnas. Ao mesmo tempo, achando que Juraci faria um governo inepto devido principalmente à difícil situação econômica do país, Juscelino pensava garantir sua volta à presidência em 1965.

Essa perspectiva foi definitivamente afastada com o lançamento, no Rio de Janeiro, em 20 de abril, do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), destinado a sustentar a candidatura do ex-governador paulista, então deputado federal pelo Paraná, à presidência da República. Carlos Lacerda apoiou essa iniciativa, tornando ostensiva a divisão da UDN e inviabilizando definitivamente a coligação dos três maiores partidos, almejada por Juscelino.

Ao mesmo tempo, a candidatura do general Lott era articulada por setores do PSD e PTB, até então sem o apoio de Jango e de consideráveis parcelas do seu partido,

que alegavam a falta de respaldo popular e a conseqüente fraqueza eleitoral do ministro da Guerra.

Por outro lado, durante o ano de 1959 as divergências entre os dois partidos cresciam. Jango discordava fortemente da orientação do ministro da Fazenda, o pessedista Lucas Lopes, que se propunha executar um programa de estabilização monetária segundo as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esta instituição recomendava que o aumento do salário mínimo se limitasse a recompor o poder de compra dos trabalhadores somente na proporção da alta do custo de vida a partir da posse de Juscelino. Em abril de 1959, Jango enviou uma carta ao presidente do PSD, Benedito Valadares, afirmando que a economia brasileira estava caindo progressivamente na dependência de interesses internacionais e pedindo o apoio do PSD para a aprovação de emendas constitucionais que permitissem a realização da “reforma agrária, de maneira a permitir o acesso do trabalhador rural à terra e instituir em algumas regiões formas de exploração cooperativa ou coletiva, como a assistência financeira e técnica da União ou dos estados”, e a “redistribuição das rendas públicas para que os estados mais pobres pudessem atender as suas necessidades sem precisar do auxílio federal”.

Nessa ocasião, Goulart pediu ainda apoio para aprovação de medidas legislativas, cujos projetos já estavam em tramitação no Congresso, relativas à reorganização da administração federal; à fixação da estrutura político-administrativa da Previdência Social; à regulamentação do exercício do direito de greve; à instituição do regime jurídico do trabalhador rural e à criação do abono da família rural; à locação de imóveis destinados à produção agropecuária; à definição dos casos de desapropriação por interesse social; à instituição do salário mínimo familiar; às diretrizes e bases da educação nacional, com emendas que permitissem a racionalização e modernização do ensino e o acesso do maior número de brasileiros aos seus benefícios; à reforma bancária; à remessa de lucros e retorno de capital estrangeiro; ao Plano de Classificação de Cargos e Funções do Funcionalismo Civil; à disciplina do ingresso de capitais estrangeiros no país; à reorganização das delegacias regionais do Ministério do Trabalho, e à criação da empresa Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

Nessas circunstâncias, a aliança PTB-PSD começava a se tornar difícil, na medida em que os interesses de ambos os partidos passavam a ser divergentes. Em

junho de 1959 o governo modificou a política econômica e rompeu as negociações com o FMI, mas o imobilismo diante das reformas prosseguiu.

Discordando da indicação do nome de Lott, setores mais radicais do PTB começaram a articular um movimento em prol de um candidato popular e nacionalista. Em algumas ocasiões o nome de Jango foi cogitado como candidato à presidência da República pelo PTB, por membros do Grupo Compacto, que, mesmo divergindo de muitas de suas posições, sabiam não poder prescindir de seu apoio. Entretanto, nada de concreto havia, sido feito nesse sentido até junho de 1959, quando Goulart viajou para Genebra (Suíça) como chefe da delegação brasileira à Conferência Internacional do Trabalho. Brizola assumiu interinamente a presidência do PTB e, aproveitando a ocasião, tentou junto com o PUI mobilizar os trabalhadores para a deflagração de numerosas greves, reivindicando a retirada do nome de Lott em prol de um candidato considerado popular e nacionalista.

Ao regressar da viagem, Goulart comprometeu-se com Juscelino em definir rapidamente a posição do seu partido quanto à sucessão presidencial. Logo em seguida, embarcou para o Rio Grande do Sul a fim de discutir o assunto com Brizola.

Paralelamente, ocorria na praça da Sé, em São Paulo, o Comício do Feijão, manifestação promovida pelo PUI, em protesto contra a política econômica do governo. Assustado com tais acontecimentos Juscelino convocou os ministros Henrique Lott (Guerra), Francisco Correia de Melo (Aeronáutica), Jorge Matoso Maia (Marinha), Fernando Nóbrega (Trabalho) e Carlos Cirilo Júnior (Justiça) e autorizou a preparação de um plano de prevenção e repressão ao movimento liderado por Brizola e Jango. Emitiu ainda uma nota oficial onde criticava as “agitações” em curso. Apesar da nota omitir nomes, a imprensa identificou Brizola e Jango como os conspiradores contra a ordem pública.

Em seguida a esse episódio, Goulart anunciou a adesão do PTB à candidatura Lott, que foi lançada em 4 de junho de 1959 em reunião pública na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio, e homologada pelo PSD no mês de dezembro. Como Lott declarasse que só deixaria a pasta da Guerra a fim de se desincompatibilizar depois que o PTB homologasse a sua candidatura, Jango e Brizola lideraram um movimento entre os petebistas no sentido de ser adiada a convenção nacional do partido,

fixada para 6 de fevereiro de 1960. Pretendiam com isso pressionar o governo federal a aprovar a lei orgânica da Previdência Social, a regulamentação do direito de greve e outras medidas que vinham há anos sendo barradas pelo PSD no Congresso.

Jango não teve êxito em seus objetivos, já que o governo manteve-se alheio às suas pretensões e Lott decidiu exonerar-se do cargo no dia 11 de fevereiro de 1960. Finalmente, no dia 18 de fevereiro, foi realizada a convenção petebista que homologou a chapa Lott-Goulart para as eleições deste ano. Manifestando-se contrários à orientação do partido de apoio à candidatura Lott, os diretórios regionais de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul declararam-se dissidentes. Dessa forma, o lançamento oficial da candidatura Lott pelo PTB não eliminou as restrições feitas a seu nome. O próprio Goulart não se opôs ao movimento Jan-Jan, surgido nos meios sindicais para promover a sua candidatura conjuntamente com a de Jânio Quadros, que concorria à presidência com o apoio da UDN e dos partidos Democrata Cristão (PDC), Trabalhista Nacional (PTN) e Libertador (PL).

Em 21 de abril de 1960, por ocasião da inauguração de Brasília, Goulart presidiu o ato solene da instalação do Congresso Nacional da nova capital da República. Em fins de julho, foi enviado a Genebra (Suíça) como chefe da delegação brasileira à Conferência da Organização Internacional do Trabalho.

Em 3 de outubro realizaram-se as eleições às quais concorreram as seguintes chapas: Henrique Teixeira Lott e Goulart apoiados pelo PTB-PSD, Jânio Quadros apoiado pela coligação UDN-PL-PTN-PDC, tendo para vice-presidente dois nomes — Milton Campos, candidato da UDN e do PL, e Fernando Ferrari, candidato do PTN e PDC e do Movimento Trabalhista Renovador (MTR). O quadro de candidaturas foi completado com o lançamento de Ademar de Barros para a presidência na legenda do PSP.

Jânio venceu com 5,6 milhões de votos, obtendo uma diferença sobre o segundo colocado, marechal Lott, de quase dois milhões de votos. O resultado para a vice-presidência foi a eleição de João Goulart com 4.547.010 votos, pouco mais de trezentos mil acima do candidato udenista, Milton Campos. Embora vencendo nacionalmente, Goulart foi derrotado no Rio Grande do Sul por Ferrari e em São Paulo, Guanabara e Minas Gerais por Milton Campos.

## O segundo mandato na vice-presidência

Com o início do novo governo em 31 de janeiro de 1961, o ministério recém-nomeado por Jânio Quadros caracterizou-se pelo antigetulismo e pela orientação ortodoxa em matéria econômica, lançando-se imediatamente à execução de um programa antiinflacionário que atendesse às indicações do FMI. Diante dessa orientação, Jango constatou a impossibilidade de construir um bom relacionamento com o presidente, mantendo-se afastado dos acontecimentos e observando a crise que sobreviria como resultado das contradições que se acumularam a partir da política encetada por Quadros.

Em maio de 1961, porém, Jango viu-se envolvido num escândalo administrativo, através da instauração de um inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). O vice-presidente era nominalmente acusado de ser um dos principais beneficiários da propaganda eleitoral feita por Enos Saddock de Sá Mota no IAPB às custas dos dinheiros públicos. Em decorrência desse fato Goulart enviou ao presidente, no dia 19 de maio de 1961, uma carta na qual refutava as acusações que lhe eram feitas, mas Jânio ordenou sua devolução ao signatário, por “não estar vasada em termos próprios, além de não representar a verdade”.

Esse gesto do presidente repercutiu desfavoravelmente na Câmara, onde vários deputados demonstraram seu apoio a Goulart. A maioria parlamentar formada pela coligação PSD-PTB, preocupada com a ameaça que esse tipo de medida trazia para os partidos, constituiria uma comissão de inquérito sobre as investigações presidenciais.

Paralelamente, as dificuldades do governo aumentaram. Por um lado Quadros perdia pouco a pouco o apoio da UDN, especialmente por causa de sua política externa, e por outro começavam a aparecer os limites e contradições do seu esquema político, levando-o a voltar-se para uma estratégia desenvolvimentista e um aprofundamento da política externa independente. O delineamento dessas novas diretrizes abriu espaço para uma reaproximação entre Jango e o presidente da República.

O ex-assessor de imprensa de Jango, Raul Ryff, relatou nesta época a José Aparecido de Oliveira, secretário do presidente, que Goulart tinha recebido um convite oficial para visitar a República Popular da China, sugerindo que Quadros integrasse o

vice-presidente na delegação econômica que seria enviada ao Leste Europeu e ao Oriente, inclusive Pequim. Jânio aceitou a idéia e, em 5 de julho, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que autorizava a viagem de Goulart, iniciada no dia 28 seguinte. Em Paris, ele se juntou aos demais integrantes da missão: quatro representantes do Congresso (os senadores Franco Montoro e Antônio de Barros Carvalho, e os deputados Dix-Huit Rosado e Gabriel Hermes), além de Evandro Lins, Dirceu de Pasca, João Etcheverry, Raul Ryff e os componentes da missão comercial.

Depois de percorrer os países previstos no programa, a comitiva chegou à China, onde visitou Hanchow, Cantão e Pequim, e foi recebida pessoalmente por Mao Tsé-Tung. Em 25 de agosto chegaram a Cingapura, onde João Etcheverry recebeu um telegrama da Associated Press informando sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros na manhã daquele dia e solicitando a volta do vice-presidente ao Brasil. Avisado, Jango telefonou para Ernâni Amaral Peixoto, presidente do PSD, com quem obteve a confirmação do ocorrido.

#### Crise de sucessão

A linha sucessória definida pela Constituição de 1946 previa a investidura do vice-presidente como primeira alternativa e na ausência ou impossibilidade deste, a do presidente da Câmara dos Deputados. Assim, Pascoal Ranieri Mazzilli assumiu interinamente o poder no próprio dia 25 de agosto. Entretanto, a perspectiva da volta de Goulart abriu uma profunda crise no país, pois os ministros militares — marechal Odílio Denis, almirante Sílvio Heck e brigadeiro Gabriel Grün Moss formaram uma junta e, contando com o apoio de importante parcela das forças armadas e de um grupo de civis visceralmente antigetulistas, vetaram a posse do vice-presidente sob a alegação de que ela significaria grande ameaça à ordem e às instituições, colocando o país no rumo de uma guerra civil. Nos dias seguintes, a conjuntura política nacional foi polarizada pela luta entre os partidários do veto e os defensores da legalidade, chegando a haver reais possibilidades de confronto militar entre os dois lados.

Os ministros militares pretendiam impedir o retorno de Goulart ao território nacional e, através de um voto formal do Congresso ratificando a ausência do vice-presidente e seu impedimento, manter Mazzilli na chefia interina do governo até a realização de eleições extraordinárias dentro de 60 dias. O principal foco de resistência

a este projeto localizou-se no Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola, contando com o apoio do general José Machado Lopes (comandante do III Exército), iniciou uma campanha de alcance nacional pela posse de Goulart. A ocupação militar das estações das rádios Guaíba e Farroupilha permitiu ao governo gaúcho formar a “cadeia da legalidade”, rede de informações que integrou 104 emissoras dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a transmitir os sucessivos discursos de Brizola exortando a população a se mobilizar em defesa da posse de Goulart.

Informado da extensão da crise, Jango apressou sua volta, chegando em Paris no dia 28 com pretensões de regressar imediatamente ao Brasil. Recebeu, porém, um telefonema da comissão executiva nacional do PTB, que lhe fez um apelo para adiar por dois dias a sua vinda, a fim de permitir que lhe fossem enviadas notícias mais completas sobre a situação política nacional, uma vez que os ministros militares ameaçavam prendê-lo tão logo desembarcasse.

No dia 29 de agosto o Congresso Nacional rejeitou o pedido de impedimento apresentado contra a posse do vice-presidente e começou a discutir uma solução conciliatória, que consistia na possibilidade da implantação do regime parlamentarista. Insatisfeitos com esta decisão, Heck, Denis e Moss lançaram no dia seguinte um manifesto no qual expunham as razões de sua oposição à investidura de Goulart. O documento acusava o vice-presidente de incentivar “agitações... nos meios sindicais” e de entregar postos-chave nos sindicatos a “agentes do comunismo internacional”, considerando-o, por conseguinte, uma ameaça à segurança nacional e à manutenção da hierarquia nas forças armadas. Além disso, ressaltava a admiração manifestada por Goulart pelas comunas populares durante sua visita à China Popular.

Ao mesmo tempo em que os ministros militares recrudesciam sua posição, as forças favoráveis à posse do vice-presidente ampliavam sua articulação e ganhavam novas adesões. Ainda nesse mesmo dia, os governadores do Paraná, Nei Braga, e de Goiás, Mauro Borges, aderiram ao movimento pela legalidade, declarando-se dispostos a usar armas contra as forças contrárias à posse de Jango. Também no dia 30 de agosto, o general Machado Lopes anunciou oficialmente através da “cadeia da legalidade” que aderira ao movimento. Os demais comandantes regionais inclinaram-se a acompanhar a posição do comandante do III Exército.

O apoio à posse de Jango também crescia entre diversos setores sociais da população, como os estudantes, intelectuais e sindicatos de trabalhadores, que decretaram várias greves. A situação política se radicalizava. Ainda no dia 30, o ministro da Guerra nomeou o general Osvaldo Cordeiro de Farias para o comando do III Exército, destituindo Machado Lopes. Enquanto Brizola conclamava a população gaúcha a defender o Rio Grande do Sul, Machado Lopes advertia que, se Cordeiro de Farias desembarcasse em Porto Alegre, seria preso. A dissensão no Rio Grande do Sul colocou o país sob ameaça de guerra civil. Denis mobilizou tropas do I e do II Exércitos para eventual confronto com efetivos do III Exército e Heck enviou uma força naval para bloquear os portos gaúchos.

Enquanto isso Goulart aproximava-se do território brasileiro, pretendendo seguir uma rota pela costa do Pacífico e fazendo uma primeira escala em Nova Iorque no dia 30 de agosto. Nessa cidade, concedeu uma entrevista à imprensa onde declarou que seguiria para a Argentina e chegaria ao Brasil pelo Rio Grande do Sul. No dia seguinte viajou para Buenos Aires, onde, surpreendido por diversos problemas, foi impedido de desembarcar, ficando retido no aeroporto durante três horas em virtude de forte dispositivo militar armado pelo governo argentino. Ainda nesse mesmo dia Jango rumou para Montevideú, onde era esperado no aeroporto pelo ministro das Relações Exteriores do Uruguai e pelo embaixador brasileiro Valder Sarmanho, cunhado de Getúlio Vargas.

Na capital uruguaia, entrevistou-se com Tancredo Neves e Hugo de Faria, enviados especiais de Ranieri Mazzilli, que haviam recebido a missão de convencê-lo a aceitar a adoção do regime parlamentarista de governo, condição para a retirada do veto dos ministros militares. Mesmo contando com o apoio de consideráveis setores que rejeitavam essa fórmula conciliatória e defendiam sua posse dentro do regime presidencialista, Goulart aceitou a proposta a fim de terminar, sem derramamento de sangue, com a profunda crise instalada no país.

Em 1º de setembro, desembarcou em Porto Alegre, sendo recebido com enorme manifestação popular. No dia seguinte, o Congresso aprovou, por 253 votos contra 55, a Emenda Constitucional nº 4, que instalou o parlamentarismo, limitando os poderes presidenciais. Em 5 de setembro, depois de reunião dos ministros militares com Mazzilli, foi emitido um comunicado no qual Denis, declarando-se credenciado por

Heck e Moss, afirmava que as forças armadas acatavam a forma parlamentarista de governo e davam total garantia ao desembarque de Goulart em Brasília e sua investidura na presidência.

Nesse mesmo dia, à tarde, João Goulart embarcou para a capital federal cercado de um rigoroso esquema de segurança que visava impedir qualquer tentativa de deflagração por elementos intransigentes da Força Aérea da suposta “operação mosquito” que consistiria em abater o avião presidencial em pleno vôo ou forçá-lo a pousar em algum outro lugar para impedir a posse.

Uma vez em Brasília, Jango não desejou ser empossado logo no dia seguinte, pois, segundo suas próprias palavras, desejava se inteirar melhor dos acontecimentos e se recuperar das duras críticas feitas por alguns de seus familiares por ter aceito sua posse nas condições impostas. Em 6 de setembro, compareceu à residência do deputado Ranieri Mazzilli, onde foi marcada a posse para o dia seguinte. Finalmente, no dia 7 de setembro de 1961 João Goulart foi empossado na presidência da República.

#### A fase parlamentarista: gabinete Tancredo Neves

Ao assumir a presidência, Jango procurou desarmar seus opositores através da ampliação da base política do novo governo, buscando o apoio do centro sem abrir mão da sua relação com setores de esquerda, de maneira a realizar uma política de conciliação marcada pelo diálogo com os diversos partidos representados no Congresso.

Coerente com essa orientação, o primeiro gabinete parlamentarista, formado no dia 8 de setembro, foi denominado de “união nacional” e composto por uma representação equilibrada da maioria das agremiações, sob a chefia do pessedista Tancredo Neves. Além deste cargo, o PSD, detentor da maior bancada federal, foi aquinhado com três ministérios, através da nomeação de Armando Monteiro Filho (Agricultura), Antônio de Oliveira Brito (Educação) e Ulisses Guimarães (Indústria e Comércio). Os petebistas obtiveram dois ministérios, com Francisco Clementino Santiago Dantas (Relações Exteriores) e Estácio Souto Maior (Saúde). O PDC recebeu a pasta do Trabalho e Previdência Social, entregue a André Franco Montoro, enquanto a UDN ficava com a chefia dos ministérios das Minas e Energia, ocupado por Gabriel Passos, e da Viação e Obras Públicas, ocupado por Virgílio Távora. O banqueiro Válder Moreira Sales assumiu a pasta da Fazenda, cabendo ao brigadeiro Clóvis Travassos, ao

almirante Ângelo Nolasco e ao general João Segadas Viana a chefia dos ministérios militares. Hermes Lima e o general Amauri Kruehl foram nomeados, respectivamente, para os gabinetes Civil e Militar. Tancredo Neves ocupou interinamente o Ministério da Justiça até 13 de outubro, quando o PSP indicou o nome do deputado Alfredo Nasser, concretizando seu apoio ao novo gabinete.

As primeiras semanas do novo governo foram dedicadas à formulação de seu programa, que colocava como pontos centrais a defesa de reajustes salariais periódicos compatíveis com os índices inflacionários, da política externa independente, a nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e as chamadas reformas de base (agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral e urbana).

Essas diretrizes, inicialmente formuladas de forma genérica, foram delineadas mais claramente através da atuação de Jango durante seu governo. Ainda no mês de setembro, por ocasião do 15º aniversário da Constituição de 1946, o presidente discursou abordando a necessidade de reformas no país ao afirmar sua esperança de que “o Congresso Nacional, refletindo as aspirações do povo, haveria de oferecer à nação os estatutos legais inadiáveis, equacionando de maneira prudente, porém segura, problemas como o da reforma agrária, o do abuso do poder econômico, o da reforma bancária, o das novas diretrizes educacionais, o da disciplina do capital estrangeiro, distinguindo e apoiando o que representava estímulo ao nosso desenvolvimento e combatendo o que espoliava as nossas riquezas”.

Dentre essas propostas de Goulart, ganhava destaque a questão agrária. Em seu discurso por ocasião do encerramento do I Congresso Camponês, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961, afirmou que não só era premente a realização da reforma agrária, como também declarou a impossibilidade de sua efetivação sem a mudança do princípio constitucional que exigia indenização prévia em dinheiro para as terras desapropriadas. Entretanto, a defesa deste ponto de vista não era partilhada pelos nomes mais significativos que compunham o ministério, o que demonstrava não só as contingências da política de alianças sobre a qual se baseava o governo, como também as dificuldades para chegar a um consenso sobre o tema em questão.

Nestas circunstâncias, a realização de uma reforma agrária colocava problemas de difícil solução, como definir que tipo de reforma agrária deveria ser implementado,

isto é, a quem beneficiaria e em que nível, em detrimento de que forças sociais e políticas e quais os instrumentos jurídicos disponíveis para executá-la através de alianças que tornassem seus custos sociais politicamente viáveis. Com o objetivo de melhor responder a essas questões, o governo Goulart encarregou o ministro da Agricultura de organizar um grupo de trabalho destinado a elaborar um anteprojeto sobre o assunto. Durante essa fase inicial, a despeito da opinião pessoal do presidente, o grupo de estudo atendeu à orientação conciliadora do gabinete, discutindo soluções alternativas à emenda constitucional que previa o pagamento em títulos da dívida pública. Outra iniciativa do governo relativa ao estudo para a implantação da reforma agrária foi a criação, em abril de 1962, do Conselho Nacional de Reforma Agrária integrado por dom Hélder Câmara, Pompeu Acióli Borges, Paulo Shilling e Edgar Teixeira Leite.

Essas iniciativas, no entanto, mostraram-se pouco frutíferas, em virtude das dificuldades existentes para a concretização das medidas. As discussões giravam em torno da alteração do artigo 141 da Constituição, que previa o pagamento de indenização justa e prévia em dinheiro para desapropriações por interesse público. As forças de esquerda defendiam a emenda constitucional estabelecendo o pagamento em títulos da dívida pública, mas os grupos conservadores não aceitavam esta alteração. Diante da polarização dessas duas posições, o presidente da República foi obrigado a oscilar entre os dois grupos, o que impediu o envio ao Congresso de um projeto de reforma agrária.

Outro grande tema que também ocupou a atenção do governo Goulart foi o do aumento do controle sobre o capital estrangeiro no país. Em outubro de 1961, o novo gabinete aceitou a proposta do Ministério das Minas e Energia no sentido de cancelar todas as concessões de jazidas de ferro feitas ilegalmente ao grupo norte-americano Hanna Company. Alguns meses mais tarde, em fevereiro de 1962, dando prosseguimento à política de nacionalização, o governo federal apoiou as iniciativas de Brizola, governador do Rio Grande do Sul, que desapropriou os bens da Companhia Telefônica daquele estado, subsidiária da firma americana International Telephone & Telegraph (ITT). Ainda nesse mês o governo Goulart instituiu um grupo de trabalho para estudar e promover a efetiva implantação da Eletrobrás, que havia sido criada em 5 de abril de 1961, durante o governo Jânio Quadros.

Outra questão importante durante esse período foi o aprofundamento da nova política externa brasileira. Dando prosseguimento à orientação iniciada por Jânio Quadros, o governo Goulart partiu para a realização de uma política externa independente, que incluía o restabelecimento de relações com os países socialistas. Assim, no dia 23 de novembro de 1961, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, interrompidas em 1947, durante o governo de Eurico Dutra. A justificativa para tal medida baseou-se nas amplas possibilidades apresentadas pelo mercado soviético para as exportações brasileiras.

Ainda de acordo com essa orientação, o governo Goulart rechaçou as sanções contra Cuba, propostas pelos Estados Unidos, assim como os preparativos para a intervenção armada naquele país, sob a cobertura da Organização dos Estados Americanos (OEA). Assim, na Conferência de Punta del Este, realizada nesta cidade uruguaia de 22 a 31 de janeiro de 1962, o chanceler San Tiago Dantas defendeu a idéia de neutralidade em relação a Cuba, enfrentando a oposição dos Estados Unidos, que procurariam impor suas pretensões aos países da América Latina. A posição do governo brasileiro, ainda que apoiada por significativos setores sociais, criou uma situação de desentendimento com Washington dificultando as relações entre os dois países. Em março de 1962, novamente coerente com a linha adotada na política externa, a delegação brasileira enviada a Genebra (Suíça) para participar da Conferência de Desarmamento definiu a posição do Brasil como potência não alinhada, desvinculada de qualquer bloco político-militar.

Ao mesmo tempo, o ministro da Fazenda, Válter Moreira Sales, identificado com uma orientação ortodoxa em matéria de política econômico-financeira, lutava para ganhar a credibilidade dos banqueiros internacionais para um programa de combate à inflação e saneamento das finanças do país. O novo governo recebera uma herança econômica difícil, marcada por uma grave crise financeira, levando Goulart a procurar convencer os Estados Unidos e as autoridades do FMI da seriedade de suas intenções saneadoras nesta esfera. Para isto, viajou em abril de 1962 a Washington a fim de buscar recursos financeiros e discutir os temas que vinham dificultando as relações entre os dois países. Além de um encontro com o presidente John Kennedy, sua visita incluía um discurso em uma sessão conjunta do Congresso norte-americano, ocasião em que Jango garantiu que a independência da política externa brasileira não significava

neutralidade, declarando expressamente sua oposição ao regime político instalado em Cuba depois da chegada de Fidel Castro ao poder. Nessa ocasião, os dois presidentes reafirmaram em comunicado conjunto os princípios do sistema interamericano e se comprometeram a apoiar o mercado comum latino-americano.

Ainda com o objetivo de contornar os atritos com os Estados Unidos, Jango procurou encontrar uma alternativa para solucionar as questões relativas à nacionalização de empresas norte-americanas de serviço público, algumas das quais haviam sido encampadas, criando um problema candente no Brasil. A conversa dos dois chefes de Estado em 4 de abril de 1962 possibilitou o estudo de uma fórmula segundo a qual o governo do Brasil, frustrando outras iniciativas isoladas de encampação, negociaria a compra das empresas de utilidade pública pertencentes a empresas norte-americanas, com garantia de justa compensação, para não ferir o artigo 6º do Foreign Aid Act dos Estados Unidos. As empresas norte-americanas aplicariam o valor das indenizações em outros ramos da indústria brasileira.

Como resultados concretos, a viagem rendeu poucos frutos a Goulart. A ajuda concedida ao Nordeste no valor de 131 milhões de dólares sofreu retenção em virtude da insistência norte-americana em controlar sua aplicação. O FMI e os outros principais credores do Brasil mantiveram sua atitude de expectativa, pois não acreditavam que Goulart fosse colocar em prática um duro programa antiinflacionário.

De regresso ao Brasil, Jango viu a situação do país agravar-se. A não obtenção de recursos no exterior e o aumento dos índices inflacionários aprofundaram a crise econômica e as insatisfações sociais. No interior, a polarização crescente das tensões entre proprietários rurais e trabalhadores criava um clima de apreensão e temor entre os grupos conservadores. De outro lado, os grupos de esquerda liderados por Brizola pressionavam Goulart para que fossem agilizadas as reformas prometidas, principalmente a agrária, que até então tinham sido tratadas apenas em discurso, sem a efetivação de nenhuma medida concreta.

Em abril, esse clima de tensão atingiu o máximo no Nordeste em virtude do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira a mando de fazendeiros da região e da invasão de cidades por multidões famintas que saquearam mercados e armazéns no interior de Pernambuco.

Nesse quadro, no dia 1º de maio, Goulart pronunciou um discurso em Volta Redonda (RJ) que, segundo Aspásia Camargo, oficializou posições mais radicais, encerrando o compasso de espera existente desde o início de seu governo e anunciando a ofensiva política que redundaria em mudança do ministério, solicitação de poderes especiais ao Congresso e oficialização da campanha pela antecipação do plebiscito que decidiria sobre a continuação ou não do parlamentarismo.

Com essa nova perspectiva, Jango afirmava o caráter inadiável das reformas de base e, ainda nos primeiros dias de maio, pediu ao Congresso uma reforma da Constituição de 1946. Insistiu na ocasião que a reforma agrária não poderia mais ser protelada, pois era fator indispensável à melhoria do poder aquisitivo do povo e ao desenvolvimento nacional. Essas atitudes de Goulart representaram o primeiro esforço concentrado do governo em torno da realização das reformas de base, em especial a agrária, atendendo aos apelos dos setores nacionalistas e de esquerda, e provocaram um aumento das desconfianças dos grupos conservadores do país quanto às reais intenções do governo na reformulação da estrutura agrária. Ao mesmo tempo, ocorreu também um afastamento entre o presidente do conselho de ministros que não partilhava das suas iniciativas.

Nesse contexto de agravamento de contradições, o gabinete Tancredo, que se caracterizava por uma prática política de compromisso e de tentativa de união nacional, perdia a razão de ser. Por outro lado, com o aprofundamento da crise, Goulart, que nunca tinha se conformado em ver seus poderes presidenciais restringidos, começou uma campanha para o retorno ao presidencialismo, alegando a necessidade de constituir um Executivo forte e demonstrando a inviabilidade do parlamentarismo.

Sob o pretexto de atenderem à exigência legal de desincompatibilização a fim de concorrer às eleições de outubro de 1962, todos os membros do gabinete pediram demissão no dia 26 de junho.

#### Gabinete Brochado da Rocha

A renúncia de Tancredo Neves e a indicação feita por Goulart do nome de San Tiago Dantas para o cargo de primeiro-ministro fizeram eclodir nova crise. O ex-chanceler era apoiado pelos setores nacionalistas e de esquerda do Parlamento e pelo

movimento sindical, mas as bancadas do PSD e da UDN se uniram para vetar sua indicação em virtude de seu desempenho à frente do Ministério das Relações Exteriores, onde lutou pela concretização de uma política externa independente para o país.

Goulart indicou então o pessedista Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, que teve seu nome aprovado no dia 3 de julho por 222 votos contra 51, com o apoio dos líderes do PSD, UDN, PDC, PSP, Partido de Representação Popular (PRP) e Partido Republicano (PR). Apenas o PTB votou contra esta indicação.

Enquanto o nome de Auro de Moura Andrade era homologado pelo Congresso, os líderes sindicais Dante Pelacani, Domingos Álvares e Luís Tenório de Lima se reuniam em São Paulo com dirigentes dos sindicatos filiados à Federação dos Metalúrgicos e ao Fórum Sindical de Debates para preparar a deflagração de uma greve geral em todo país, em desagravo a San Tiago Dantas e em apoio ao presidente Goulart, com o objetivo de obter um gabinete e um primeiro-ministro favoráveis ao programa de reformas.

Apesar da renúncia de Moura Andrade nesse mesmo dia, devido à recusa do presidente Goulart em homologar o gabinete ministerial que ele propunha, a greve se realizou em 5 de julho, paralisando vários setores das principais cidades brasileiras. Jango convocou os líderes grevistas a Brasília, onde os convenceu a encerrar o movimento e normalizar a situação do país. Inaugurou assim uma novidade na política brasileira: negociações diretas entre o presidente e líderes sindicais, que por sua vez dependiam do imposto sindical cobrado pelo governo e da aprovação do Ministério do Trabalho para manter suas posições. Essa atitude de Jango era uma decorrência de sua intenção de fortalecer os laços do seu governo com os sindicatos para compensar, segundo Mário Vítor, a oposição da UDN e de parte do PSD, e a desconfiança dos grupos conservadores e de setores influentes da classe média. Essa estratégia implicava fazer concessões ao movimento sindical, fato natural para um governo que, segundo a concepção do próprio Jango, representava a continuação do trabalhismo praticado por Vargas. Dentro desta perspectiva, o presidente sancionou em seguida a lei que instituiu o 13º salário, de iniciativa do Congresso e uma das principais reivindicações da greve geral deflagrada pouco tempo antes. Ao mesmo tempo, Jango utilizava a eclosão desses movimentos grevistas como argumento para reivindicar o fortalecimento do Executivo, alegando a necessidade de conter os extremismos.

O impasse para a indicação de um primeiro-ministro foi finalmente resolvido no dia 10 de julho, quando o nome de Francisco de Paula Brochado da Rocha, ex-secretário do Interior e de Justiça do governo Brizola no Rio Grande do Sul, foi aprovado pelo Congresso por 215 votos contra 58. Votaram a seu favor a grande maioria do PSD, o PTN, o PSP, o PR e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), enquanto a UDN e alguns setores do PSP foram contrários à indicação. Brochado da Rocha formou então novo gabinete, segundo Caio Navarro Toledo, de centro, com orientação reformista, homologado no dia 13 de julho com os seguintes nomes: Cândido de Oliveira Neto (Justiça), Roberto Lira (Educação), Hermes Lima (Trabalho), Válder Moreira Sales (Fazenda), Afonso Arinos de Melo Franco (Relações Exteriores), Marcolino Candau (Saúde), Hélio de Almeida (Viação), João Mangabeira (Minas e Energia), Renato Costa Lima (Agricultura), Ulisses Guimarães (Indústria e Comércio), general Néelson de Melo (Exército), almirante Pedro Paulo Suzano (Marinha) e o brigadeiro Reinaldo de Carvalho (Aeronáutica). A chefia do Gabinete Militar continuou com Amauri Kruel e o Gabinete Civil passou para Hugo de Faria. Entre os dias 13 e 29 de julho, o próprio primeiro-ministro exerceu interinamente o cargo de ministro da Fazenda.

Com a instalação do novo gabinete, o governo Goulart, através do primeiro-ministro, afirmou seu compromisso com a adoção de um programa de emergência visando combater a inflação e antecipar para dezembro seguinte o plebiscito destinado a decidir sobre a continuidade do regime parlamentarista, previsto anteriormente para o início de 1965. Além disso, o novo gabinete pretendia obter poderes especiais para legislar sobre as reformas. Assim, no dia 10 de agosto, Brochado solicitou oficialmente que o Congresso delegasse poderes ao governo para legislar sobre temas como o monopólio da importação de petróleo e derivados, o comércio de minérios e materiais nucleares, o controle da moeda e do crédito, o Estatuto do Trabalhador Rural, os arrendamentos rurais, a desapropriação por interesse social e a criação de um órgão executor da política de reforma agrária.

Segundo Aspásia Camargo, o conjunto de iniciativas propostas tinha a intenção explícita de acelerar medidas em lento processo de discussão nas duas casas do Congresso e, por outro lado, induzir o Poder Legislativo a encaminhar medidas prioritárias, sob o risco de que o Executivo, em regime de urgência, o fizesse. Contudo, empresários paulistas integrantes do Conselho Superior das Classes Produtoras

manifestaram-se contra a delegação de poderes requerida pelo primeiro-ministro, opinião que também era partilhada pela maioria dos parlamentares que, não obstante, formaram oito comissões com deputados do PSD, PTB, PSP, PR e UDN para avaliar esses projetos. Ao mesmo tempo, o recém-formado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), órgão não-oficial de coordenação do movimento sindical, comprometeu-se a defender o programa do novo gabinete e a trabalhar pela volta do regime presidencialista, sob a condição de que fossem atendidas suas reivindicações fundamentais, como a revogação da Lei de Segurança Nacional, a concessão de 100% de aumento no salário mínimo e a implementação das reformas de base. O CGT reivindicava ainda a realização do plebiscito no dia 7 de outubro de 1962, data fixada para as eleições legislativas, sob pena de deflagrar uma greve geral no mês seguinte.

Ainda em agosto, os ministros militares lançaram manifesto pedindo a antecipação do plebiscito, cuja convocação imediata foi defendida por Brochado da Rocha em discurso na Câmara. Nessas circunstâncias, o Congresso determinou o prazo de até 30 de abril de 1963 para a realização da consulta popular, contrariando o desejo da bancada udenista, que acusava o governo de estar comprometido com os comunistas e não desejava a volta ao presidencialismo.

Devido à pressão exercida pelos líderes sindicais e os setores nacionalistas do Exército, no dia 13 de setembro, Brochado da Rocha enviou ao Congresso um novo pedido de delegação de poderes e propôs a fixação da data do plebiscito para o dia 7 de outubro de 1962. Visando fortalecer as forças que se articulavam em favor do plebiscito, ainda em setembro, o comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro, enviou mensagem a Goulart, a Brochado da Rocha e ao ministro da Guerra, general Nelson de Melo, afirmando que caso o Congresso recusasse o pedido não teria condições de manter a ordem em sua região. Essa ameaça de Dantas Ribeiro ocasionou indignação no Ministério da Guerra. Nelson de Melo, embora firme partidário da antecipação do plebiscito, atribuiu este pronunciamento à influência de Brizola e o considerou uma indisciplina militar que poderia influenciar negativamente o clima das deliberações.

A segunda negativa do Congresso ao pedido de delegação de poderes especiais abriu um confronto entre o Executivo e o Legislativo e provocou a renúncia de todo o gabinete no dia 14 de setembro. No dia seguinte, o CGT deflagrou a greve geral

previamente marcada, contando com o apoio de militares da ala nacionalista, enquanto o Congresso aprovava por 169 votos contra 83 o projeto de lei complementar de autoria dos senadores Juscelino Kubitschek e Benedito Valadares e do deputado Gustavo Capanema, autorizando a realização do plebiscito no dia 6 de janeiro de 1963.

Dessa forma, o Congresso cedia quanto à convocação do plebiscito, mas mantinha-se intransigente na defesa dos interesses das classes proprietárias. Ainda assim, a pressão do Executivo abriu espaço para a concretização de algumas iniciativas paralelas como a criação da Superintendência da Política Agrária (Supra) em outubro, destinada a ativar medidas preparatórias da reforma agrária antes mesmo de sua aprovação no Congresso, e permitiu que fosse promovida a reestruturação do Ministério da Agricultura, passando para o controle do novo órgão o Serviço Social Rural (SSR), o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Estabelecimento Rural de Tapajós e o Conselho Nacional de Reforma Agrária.

A queda do gabinete Brochado, na concepção das principais correntes de esquerda, representou uma derrota para o governo. Goulart, entretanto, acreditava que, a despeito de ter perdido a oportunidade de obter poderes especiais para legislar sobre as reformas, tinha obtido uma considerável vitória para seu governo, na medida em que conseguira a aprovação do plebiscito e o afastamento do ministro da Guerra, Nélson de Melo, figura antipatizada pelo CGT, e fortalecera seu dispositivo militar com a entrega do Ministério ao general Amauri Kruel.

#### Gabinete Hermes Lima

Com a aprovação do projeto que autorizava a realização do plebiscito, Goulart obteve permissão para constituir imediatamente um conselho de ministros provisório, sem necessitar de autorização prévia do Congresso, o que significava a restauração informal do presidencialismo. Nessa nova fase, Goulart encarregou Hermes Lima de organizar como primeiro-ministro o gabinete provisório que vigoraria até 6 de janeiro de 1963.

O novo ministério, empossado em 18 de setembro de 1962, era composto por Hermes Lima (primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores), João Mangabeira (Justiça), Miguel Calmon (Fazenda), Eliseu Paglioli (Saúde), João Pinheiro Neto

(Trabalho), Otávio Dias Carneiro (Indústria e Comércio), Eliezer Batista (Minas e Energia), Darci Ribeiro (Educação), Hélio de Almeida (Viação), Renato Costa Lima (Agricultura), general Amauri Kruel (Guerra), almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano (Marinha), brigadeiro Reinaldo de Carvalho (Aeronáutica), general Albino Silva (Gabinete Militar) e Hugo de Faria (Gabinete Civil). No dia 25 de setembro foi assinado o decreto de criação do Ministério Extraordinário para o Planejamento, entregue à chefia de Celso Furtado, encarregado de apresentar, no prazo de 60 dias, um plano de política econômica para o governo.

Organizado o ministério, Goulart lançou-se na campanha pelo retorno ao presidencialismo, tema principal dessa fase de seu governo. Com essa perspectiva partiu para a mobilização dos principais setores sociais, tentando demonstrar que, naquela conjuntura, era de fundamental importância a existência de um Poder Executivo forte no Brasil. Essa opinião era compartilhada por amplos segmentos sociais, inclusive uma parcela do empresariado, liderada pelo banqueiro José Luís Magalhães Lins, sobrinho do governador mineiro, José de Magalhães Pinto e presidente do Banco Nacional de Minas Gerais, que defendia a unificação do comando do país, a centralização política e o revigoramento da autoridade do presidente Goulart. Por outro lado, havia grande simpatia tanto no centro quanto na esquerda em favor de um pronto retorno ao sistema presidencialista, apoiado também por importantes figuras da oficialidade militar e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Paralelamente à campanha do plebiscito, desenrolavam-se os preparativos para as eleições previstas para outubro de 1962, quando seriam renovados parte do Congresso, as assembleias estaduais, as câmaras municipais, e parte dos executivos estaduais e municipais.

A luta pela conquista de votos foi acirrada. Tentando sustar o avanço dos candidatos de esquerda e vinculados ao esquema de sustentação do governo Goulart, as forças oposicionistas articularam através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959 com o objetivo de combater a propagação do comunismo no Brasil, toda uma rede de financiamento em favor dos candidatos vinculados à organização.

Apesar do volumoso investimento realizado pelo IBAD, as eleições, segundo Skidmore, pouco contribuíram para mudar as forças partidárias no Congresso e a correlação de forças políticas. Os estados-chave de Minas e Guanabara haviam sido conquistados em 1960 pela UDN com Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, respectivamente. O governo de São Paulo foi ganho por Ademar de Barros e o do Rio Grande do Sul pelo pessedista Ildo Meneghetti, opositores não declarados de Goulart, eleitos fora do esquema das forças de apoio do presidente. Em Pernambuco ganhou o candidato de esquerda Miguel Arrais e na Guanabara nas eleições para vice-governador a vitória coube a Elói Dutra, petebista e opositor de Lacerda. Quanto à representação na Câmara Federal, embora o PTB tivesse aumentado sua bancada de maneira marcante (passando de 66 para 104 deputados), foi mantido o predomínio da UDN e do PSD, que, juntos, detinham 54% da representação. Assim, embora as forças partidárias mantivessem um certo equilíbrio, evidenciava-se uma crescente polarização política.

Ainda que os resultados eleitorais não tivessem trazido uma maior base de sustentação concreta para o governo, Goulart e as forças de esquerda acreditavam no avanço do nacionalismo reformista com a intensificação da luta pelas reformas de base, associada à campanha para o restabelecimento do presidencialismo.

Nesse período, apesar do desenvolvimento das campanhas eleitorais e da perspectiva de deixar em suspenso as principais questões até a realização do plebiscito, Jango viu-se forçado a enfrentar alguns problemas graves. As divergências com os Estados Unidos estavam aumentando, especialmente depois da assinatura, em setembro de 1962, da Lei de Remessas de Lucros votada pela Câmara dos Deputados, considerada mais severa com o capital estrangeiro do que a legislação então vigente. As relações entre os dois países se deterioraram ainda mais em meados de outubro, quando o governo norte-americano decretou o bloqueio naval contra Cuba e ameaçou invadi-la, a fim de compelir a União Soviética a desmontar as bases de mísseis que lá instalara. Nessa ocasião, o presidente John Kennedy escreveu a Goulart, relatando que o governo dos Estados Unidos proporia ao órgão de consulta da Organização dos Estados Americanos (OEA), de acordo com o Tratado do Rio de Janeiro, a adoção de medidas, incluindo o emprego de força armada, para que Cuba não continuasse a receber material bélico da China ou da União Soviética. Kennedy pedia o apoio de Goulart a essas medidas e propunha a realização de entendimentos militares com o objetivo de estudar a

participação do Brasil no ataque a Cuba. Em resposta, Goulart afirmou que o Brasil se opunha à invasão, e que não compactuaria com o atentado aos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos.

Essa carta foi entregue no dia 23 de outubro de 1962 pelo secretário de Imprensa de Jango, Raul Ryff, ao embaixador Lincoln Gordon, credenciando o Brasil para servir como mediador entre Cuba e os Estados Unidos. O governo de Goulart, a pedido de Lincoln Gordon, enviou a Havana o general Albino Silva, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, para comunicar ao primeiro-ministro Fidel Castro que o Brasil, embora se opusesse à invasão daquele país, participava dos mesmos receios dos Estados Unidos diante da instalação de bases de mísseis soviéticos em seu território.

Ainda assim a posição do Brasil pareceu vacilante e contraditória em virtude do caráter conciliatório que apresentara. Goulart instruiu o embaixador brasileiro na OEA, Ilmar Pena Marinho, no sentido de que aprovasse o bloqueio imposto pelos Estados Unidos, mas não concordasse com o emprego de força contra Cuba. Essa atitude contraditória do governo brasileiro deu origem a uma série de manifestações de setores de esquerda em apoio a Cuba e de críticas à sua atuação. Por outro lado, tais atitudes também desagradaram os norte-americanos, acarretando um novo abalo nas relações entre os dois países. Insatisfeito com o desempenho de Goulart, Kennedy fez uma série de críticas públicas ao governo brasileiro, pretendendo forçá-lo a transigir com outras pretensões de Washington, principalmente na solução do caso de encampação das concessionárias norte-americanas de serviço público, que permanecia pendente. Para resolver essas questões, o presidente dos Estados Unidos enviou seu irmão, Robert Kennedy, ao Brasil em dezembro de 1962.

A imprensa noticiou sua vinda como tendo o objetivo de condenar a propalada infiltração comunista no governo, defender os negócios da Hanna Co., cobrar as indenizações da ITT e da American and Foreign Power Company (Amforp) (que também tivera sua subsidiária, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, encampada por Brizola em 1959), e exprimir o desagrado de Washington ante o crescente comércio do Brasil com os países do Leste Europeu e a política financeira do país.

De acordo com depoimento de Goulart a Muniz Bandeira, o chefe do Executivo brasileiro repeliu a investida de Robert Kennedy a propósito da alegada penetração comunista no governo e respondeu que o problema sindical era de natureza interna, não comportando interferência de nações estrangeiras. Sobre as compras no bloco socialista, ponderou que o Brasil daria preferência aos Estados Unidos se as condições de comércio oferecidas fossem tão vantajosas, sem dispêndio de divisas. E a respeito da ambição da Hanna, respondeu-lhe que o Brasil não discriminava as empresas privadas norte-americanas, mas exigia que elas se submetessem ao plano siderúrgico nacional.

Coerente com essa política e tendo em vista a insuficiência de recursos, Goulart assinou em novembro de 1962 a Lei nº 4.156, reformulando o imposto único sobre a energia elétrica com a criação da tarifa fiscal e empréstimo compulsório à Eletrobrás. Com essas medidas, a empresa se firmou rapidamente, desenvolvendo sua atuação como órgão executivo da política energética nacional através do fortalecimento das empresas controladas.

Na esfera econômica, o ministro da Fazenda, Miguel Calmon, anunciou um plano para a estabilização da moeda e a diminuição do déficit de caixa do Tesouro. Segundo Carlos Lessa, esse programa não obteve êxito devido principalmente à concessão do 13º salário aos trabalhadores urbanos no final de 1962.

Em dezembro desse ano foram baixados na área da Fazenda dois importantes decretos: o que criou o Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (Coleste) e o que estabeleceu medidas para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), organização nascida com o Tratado de Montevideu em 1960, que tinha como objetivo estabelecer gradualmente uma zona de livre comércio que se transformaria no mercado comum latino-americano.

A principal questão tratada no âmbito do Ministério do Trabalho foram as negociações para os reajustes salariais. A primeira providência tomada pelo novo ministro foi assegurar aos líderes sindicais o atendimento aos pedidos de revisão dos salários mínimos e da organização dos sindicatos rurais. No dia 28 de setembro, os sindicalistas articulados em torno do CGT exigiram uma resposta ao pedido de 100% de aumento salarial até o dia 16 de outubro de 1962. Pinheiro Neto, contrariando os índices

estabelecidos pelos estudos do Serviço Nacional de Estatísticas de Previdência e Trabalho, que estabeleciam 45,83%, propôs uma elevação salarial no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, de 55,25%.

A despeito da pressão dos sindicalistas (a essa altura diminuída para uma elevação de 80% e o pagamento do 13º salário com base no mês de novembro), a proposta de João Pinheiro Neto foi aprovada pelo Conselho de Ministros, com validade de três anos a partir de 1º de janeiro de 1963.

No dia 2 de dezembro, o ministro do Trabalho acusou em um programa de televisão Lincoln Gordon, Roberto Campos (embaixador brasileiro em Washington) e Otávio Gouveia de Bulhões (diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito — Sumoc) de manterem o Brasil subordinado ao programa de estabilização defendido pelo FMI. Essa declaração causou grande impacto nos meios governamentais, uma vez que Goulart preparava-se para tentar renegociar empréstimos norte-americanos e, no plano interno, buscava conseguir o apoio de amplos setores da sociedade para a volta do regime presidencialista. Como consequência desse episódio, o presidente pediu para que Pinheiro Neto se demitisse. Respalçado no apoio dos sindicalistas, o ministro não atendeu a esse pedido, sendo exonerado no dia 4 de dezembro pelo primeiro-ministro Hermes Lima. Sua saída do ministério foi marcada por várias manifestações de solidariedade, promovidas pelo CGT. O novo ministro do Trabalho indicado por Goulart foi Benjamim Eurico Cruz, diretor do Departamento Nacional do Trabalho e íntimo colaborador do ministro demitido, o que facilitou a sua aceitação pelos dirigentes sindicais.

No dia 30 de dezembro foi divulgado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado e definidor da nova estratégia governamental.

#### O primeiro ministério sob o presidencialismo

No dia 6 de janeiro de 1963, cerca de 11 milhões e quinhentos mil dos 18 milhões de brasileiros aptos a votar compareceram às urnas para decidir sobre o tipo de regime político que o país deveria adotar. O resultado favoreceu o presidencialismo por larga margem (9.457.488 votos contra 2.073.582), abrindo uma nova fase na gestão de

Goulart, carregada de fortes expectativas em torno do exercício pleno do poder presidencial. Encerrava-se o compasso de espera em que haviam sido mantidas as grandes questões nacionais durante a fase final do período parlamentarista.

Investido dos poderes atribuídos ao presidente pela Constituição de 1946, Goulart nomeou um novo ministério, empossado em 24 de janeiro, cuja composição voltava a refletir sua tentativa de obter um compromisso entre as principais correntes políticas do país. A equipe governamental ficou composta com João Mangabeira (ministro da Justiça), San Tiago Dantas (Fazenda), Almino Afonso (Trabalho), Teotônio Monteiro de Barros (Educação), Hermes Lima (Relações Exteriores), Paulo Pinheiro Chagas (Saúde), Hélio de Almeida (Viação), Antônio Balbino (Indústria e Comércio), Eliezer Batista (Minas e Energia), José Ermírio de Moraes (Agricultura), general Amauri Kruel (Guerra), almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano (Marinha), brigadeiro Reinaldo de Carvalho (Aeronáutica), Evandro Lins e Silva (Gabinete Civil), general Albino Silva (Gabinete Militar), Ernâni Amaral Peixoto (Extraordinário para a Reforma Administrativa) e Celso Furtado (Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico).

Nessa nova conjuntura, Goulart procurou contornar a onda de radicalização, e, segundo Aspásia Camargo, reconquistar terreno junto a correntes políticas de centro que lhe oferecessem bases mais sólidas e estáveis de poder. Tentava repetir a experiência de uma política de centro-esquerda já ensaiada no gabinete Tancredo, procurando atrair para sua órbita tanto moderados quanto radicais.

Goulart pretendia reeditar sua política de compromisso conciliando as metas inadiáveis de contenção financeira com as reivindicações reformistas, sustentado por um dispositivo militar composto de oficiais seus partidários. Além do ministro da Guerra, Amauri Kruel, o presidente contava com o general Osvino Alves na chefia do I Exército e o general Jair Dantas Ribeiro no comando do III Exército.

Para solucionar a crise econômico-financeira que se abatia sobre o país acarretando um acentuado declínio da taxa de crescimento econômico e uma elevação desenfreada dos índices de inflação, o governo Goulart tentou pôr em prática uma política econômica baseada no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, executado sob a direção de San Tiago Dantas e Celso Furtado. Esse plano propunha

medidas de combate à inflação que deveriam fazer parte de um planejamento geral de retomada de altos índices de crescimento da economia. O objetivo primordial era reduzir o índice da inflação — que em 1962 chegara a 52% — a um nível de 10% em 1965, mantendo ao mesmo tempo um índice de crescimento real em torno de 7%. O Plano Trienal propunha ainda um programa para a implementação das reformas de base, tidas como necessárias para o desenvolvimento econômico do país. As reformas sugeridas eram de dois tipos: as voltadas para racionalizar a ação do governo (administrativa e bancária) e aquelas que visavam eliminar os entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção (especialmente as reformas fiscal e agrária).

Apresentavam-se dois requisitos para o êxito do programa: 1) a pressão inflacionária, produzida pelos déficits no setor público, deveria ser reduzida por meio do financiamento contínuo do investimento público em alto nível, considerado essencial para um maior crescimento. Tal medida deveria efetivar-se através de meios não inflacionários, o que exigia a criação de novos impostos para os setores de altas rendas, e 2) a capacidade para importar, tida como vital para o crescimento da economia, seria mantida por um refinanciamento da dívida externa do país, concentrada então em obrigações de pagamento a médio e a curto prazos. Este refinanciamento deveria combinar-se com um programa mais agressivo de exportação, garantindo assim, através da receita cambial, a cobertura do nível de importações necessário para a industrialização.

Desde o início de 1963 o governo tomou uma série de medidas para estabilizar a moeda. A primeira delas foi a execução de uma lei de reforma fiscal, votada pelo Congresso no ano anterior. Em seguida, com a finalidade de uniformizar as taxas cambiais — condição para chegar a um equilíbrio no balanço de pagamentos, conforme exigia o FMI — os subsídios às importações de trigo e de petróleo foram abolidos por serem considerados inflacionários e provocadores de déficit público.

Objetivando buscar respaldo para a concretização desse programa, San Tiago Dantas viajou a Washington em março de 1963 a fim de discutir um plano de ajuda do governo norte-americano ao Brasil e a renegociação das dívidas do país. Como resultado, obteve um empréstimo de cerca de 398 milhões de dólares, dos quais 84 milhões teriam imediata utilização. A liberação do restante ficou na dependência do cumprimento, por parte do governo brasileiro, de um programa de reformas sociais e de

estabilização econômica, especificado em documento firmado por San Tiago e David Bell, diretor da USAID. A concessão de novos empréstimos e financiamentos estaria sujeita à execução de medidas antiinflacionárias específicas, que seriam avaliadas por uma comissão do FMI encarregada de visitar o Brasil em maio, e à solução dos casos da Amforp e da subsidiária da ITT, para os quais Dantas autorizou o embaixador brasileiro Roberto Campos a negociar.

Visando atender aos compromissos assumidos com os Estados Unidos o governo acelerou em abril as medidas de estabilização monetária com a desvalorização do câmbio oficial em 30%, o que elevou o valor do dólar de 460 para seiscentos cruzeiros, taxa próxima à do mercado negro. Foi criada também uma comissão interministerial, composta pelos ministros da Fazenda (San Tiago Dantas), da Guerra (Amauri Kruel), Viação e Obras Públicas (Hélio de Almeida), Minas e Energia (Eliezer Batista) e Indústria e Comércio (Antônio Balbino), para estudar e proceder à compra das subsidiárias da Bond & Share (as empresas da Amforp) e da ITT.

As negociações de San Tiago nos Estados Unidos e as medidas adotadas após seu regresso foram duramente criticadas pelos setores de esquerda, que viam nessas negociações uma forma de submissão às exigências norte-americanas. Sob a liderança de Brizola, o CGT, a FPN e a Frente de Mobilização Popular (FMP) movimento nacionalista criado em 1962 com o objetivo de pressionar em favor da concretização das reformas de base, passaram a combater o Plano Trienal e o que chamavam de “política de conciliação” de Goulart. Em resposta a essas críticas, Goulart pronunciou dois discursos (em 30 de março e 4 de abril), criticando as exaltações da extrema esquerda. Essa atitude conciliatória do presidente despertou novas críticas por parte daqueles setores que, temendo sua aproximação com grupos conservadores, pressionaram seu governo por uma rápida implementação das reformas de base.

Paralelamente, a política salarial imposta a partir das diretrizes antiinflacionárias do Plano Trienal, vinha provocando novas áreas de atrito para o Executivo. San Tiago Dantas, que se comprometera com o governo e o FMI em manter os aumentos salariais no máximo em torno dos 40%, apresentou um projeto de lei que estipulava o reajuste de 40 a 56% para os funcionários públicos civis e de 25 a 55% para os militares, procurando atender à pressão exercida pelas organizações sindicais lideradas pelo CGT,

que reivindicavam um aumento de 70%. Apresentado ao Congresso em abril, o projeto suscitou forte protesto das categorias em questão.

Nesta ocasião, Jango também começou a enfrentar a oposição do seu ministro do Trabalho, Almino Afonso, que não só começou a divergir na orientação do Plano Trienal, concordando com o aumento reivindicado pelos trabalhadores, como também passou a defender o reconhecimento das organizações paralelas criadas à margem da estrutura sindical e que permitiam ao movimento sindical escapar ao controle do Estado.

Tentando deter a onda de radicalização e, segundo Leôncio Rodrigues, procurando fortalecer sua própria base no meio sindical, de modo a torná-la menos dependente do CGT controlada pelo PCB, Jango passou a apoiar a União Sindical dos Trabalhadores (UST) fundada em 1962 pela Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, agrupando lideranças sindicais contrárias ao PCB e descontentes com a atuação do CGT. Contudo, as fortes pressões desse órgão fizeram Goulart voltar atrás e manter suas ligações, e conseqüentemente seus compromissos, com o CGT.

Nessas circunstâncias, a concordância plena de Jango com as diretrizes do Plano Trienal apresentava grandes dificuldades. Compromissado com a classe operária e com os assalariados em geral, que representavam sua base política e sua força eleitoral, o governo não podia ir às últimas conseqüências em sua política antiinflacionária. Assim, apresentava-se para Goulart um impasse: dar seu apoio a uma política de austeridade, que obteria adeptos no seio da elite política brasileira e dos banqueiros internacionais, ou garantir o apoio sindical, que impossibilitava a aplicação daquela política. Nessa altura, a conciliação entre essas duas opções tornava-se cada vez mais difícil.

Esse quadro de grandes dificuldades foi agravado em maio, quando veio a público a condução das negociações empreendidas entre o governo brasileiro e a Amforp, com o estabelecimento de um acordo efetuado no mês anterior, que previa a compra de bens da empresa norte-americana no Brasil — 12 empresas de serviço público — pelo preço de 135 milhões de dólares, 75% dos quais deveriam ser reinvestidos em empresas que não fossem de utilidade pública no Brasil, enquanto 25% seriam pagos em dólares. Tal acordo provocou uma forte oposição por parte dos setores nacionalistas mais radicais, que consideravam o preço da compra exorbitante e lesivo aos interesses do país.

Em pronunciamento transmitido pelo rádio e televisão no dia 28 de maio, Brizola acusou os ministros San Tiago Dantas, Amauri Kruel e Antônio Balbino, membros da comissão encarregada de negociar a compra da empresa americana Amforp, de traidores dos interesses nacionais, procurando demonstrar com números que todas as empresas da Amforp tinham recuperado, há muito tempo, o valor dos seus investimentos, faturando fabulosos lucros ilegais. A denúncia de Brizola assumiu a proporção de escândalo, levando Goulart a eximir-se da responsabilidade da negociação, alegando que a mesma havia sido efetuada pelo embaixador Roberto Campos sem seu prévio conhecimento e aprovação, e determinando a constituição de uma comissão composta por técnicos brasileiros para fazer o tombamento patrimonial e contábil das propriedades da Amforp. As negociações foram suspensas até que se conhecesse o valor exato do seu acervo. Mesmo assim, o escândalo enfraqueceu Goulart.

Para complicar ainda mais esse quadro de dificuldades, chegou ao Brasil em maio a comissão do FMI encarregada de avaliar as medidas antiinflacionárias tomadas pelo governo. A comissão iniciou seus trabalhos no momento em que chegavam ao ápice os conflitos políticos gerados pelas campanhas de aumento salarial, provocando o acirramento das críticas da esquerda à política econômica executada por Celso Furtado e San Tiago. Nessa altura, o projeto de estabilização já tinha se tornado obsoleto, pois o índice de inflação atingira a casa dos 25% nos primeiros cinco meses do ano. Em junho a comissão do FMI deixou o Brasil manifestando suas conclusões negativas em relação à política econômica do governo, criando assim um novo impasse para o refinanciamento da dívida externa.

Paralelamente, durante o primeiro semestre de 1963 outro grande problema polarizava a opinião pública: a reforma agrária. Visando atenuar as críticas da esquerda por uma política de conciliação e consolidar sua ascendência sobre os trabalhadores, Jango iniciou em março deste ano uma nova investida em direção às reformas de base, especialmente a agrária.

Dentro dessa perspectiva, Goulart apresentou em março às lideranças políticas, com vistas à negociação, um anteprojeto de reforma agrária onde era prevista a desapropriação de terras com títulos da dívida pública, o que forçosamente implicava

alteração constitucional, possibilidade discutida desde o início de seu governo, mas encaminhada formalmente pela primeira vez ao Congresso Nacional.

Como um segundo passo para agilizar o ritmo da implementação da reforma, o líder petebista na Câmara Luís Fernando Bocaiúva Cunha, a pedido do governo, encaminhou uma emenda constitucional que propunha a indenização dos imóveis desapropriados por interesse social, com títulos da dívida pública, resgatáveis em prestações e sujeitas à correção do valor monetário. Apesar da forte oposição política ao anteprojeto e à emenda Bocaiúva, existiam algumas brechas para negociação. O PSD, embora contrário à emenda por sua imprecisão, aceitava o pagamento das desapropriações em títulos da dívida pública reajustáveis.

Partindo desse ponto de vista, o PSD propôs algumas medidas, como limitação da reforma agrária às áreas improdutivas e a criação de uma direção, escolhida pelo presidente e que contasse com a confiança do Congresso, para conduzir as medidas efetivas de reformulação da estrutura fundiária. Estas propostas significavam, em última análise, o retardamento das medidas de redistribuição e a imposição de um ritmo mais gradual, o que contrariava as pretensões do PTB e de Goulart.

Contudo, essa posição até certo ponto flexível do PSD seria alterada substancialmente a partir da convenção nacional da UDN, realizada em abril em Curitiba. Influenciado pelas manifestações das chamadas bases da UDN, o PSD recuou definitivamente face às suas primeiras conversações com o governo em apoio à reforma agrária com emenda constitucional. Isso ficou evidenciado na votação da emenda Bocaiúva, que foi rejeitada.

Segundo Aspásia Camargo, essa derrota do governo Goulart frustrava definitivamente as possibilidades de colaboração da esquerda com o Congresso. Ao mesmo tempo, essa derrota parlamentar se converteu em grave revés político, marcando, tanto para a oposição de direita quanto para os radicais de esquerda, o esgotamento de um reformismo constitucional e dos limites da histórica aliança entre o PSD e PTB, pelo menos no que se referia à questão agrária.

Nesse contexto, os grupos de esquerda radical deram início a uma campanha de pressão nacional contra o Congresso e a favor das reformas de base. Com o fracasso do

Plano Trienal e o esgotamento do projeto de reforma agrária constitucional, Jango perdeu importante terreno político. Tentando buscar uma nova base de entendimento com os partidos, especialmente o PSD, e como resposta às pressões que sobre ele se exerciam, Jango optou, pela quarta vez, por mudar o ministério.

#### O último ministério do governo Goulart

A organização do novo ministério demonstrou mais uma vez as intenções conciliatórias de Goulart, que tentou renovar a histórica aliança PTB-PSD, base de sua política populista, atingida nos últimos tempos por sucessivos reveses.

O presidente concluiu em 23 de junho a composição da sua, nova equipe de governo: Abelardo Jurema (Justiça), Carlos Alberto Carvalho Pinto (Fazenda), Amauri Silva (Trabalho), Paulo de Tarso Santos (Educação), Egídio Michaelsen (Indústria e Comércio), Evandro Lins e Silva (Relações Exteriores), Antônio Ferreira de Oliveira Brito (Minas e Energia), Wilson Fadul (Saúde), Osvaldo Lima Filho (Agricultura), Expedito Machado (Viação), general Jair Dantas Ribeiro (Guerra), almirante Sílvio Mota (Marinha), brigadeiro Anísio Botelho (Aeronáutica), Darci Ribeiro (Gabinete Civil) e o general Albino Silva (Gabinete Militar). Este último foi substituído por seu colega Argemiro de Assis Brasil em 18 de outubro.

A escolha de Abelardo Jurema se fundamentou nas articulações processadas no Congresso em busca de um denominador comum que viabilizasse novos entendimentos para a aprovação das reformas de base, principalmente a agrária. Na pasta da Fazenda, o nome de Carvalho Pinto representava a tentativa do presidente de conquistar o apoio de setores empresariais e conservadores.

As intenções conciliadoras de Goulart também fizeram-no substituir, na Supra, João Caruso por João Pinheiro Neto, mais afinado com os políticos do PSD mineiro. E, no Ministério da Guerra Jair Dantas Ribeiro se apresentava como um militar moderado. Por outro lado, as indicações de Paulo de Tarso e Darci Ribeiro refletiam a política de aproximação com a CGT, com a intelectualidade e o movimento estudantil de esquerda.

A despeito dessa nova tentativa de apaziguamento, a reestruturação governamental encontrou sérias dificuldades para obter êxito. A notória falência do Plano Trienal e a intransigente posição norte-americana face à crise econômica

reduziam enormemente as margens de manobra do governo brasileiro. A dívida externa ascendia a três bilhões de dólares, sendo que, somente de juros, o Brasil deveria pagar ao estrangeiro aproximadamente 150 milhões de dólares por ano, perto de 15% da receita cambial em moeda conversível. Acrescia que metade dessa dívida estava por vencer no triênio de 1963-1965, somando-se a isso os encargos de juros, o que totalizava a importância de 1,8 bilhão de dólares, o equivalente a 43% da receita das exportações brasileiras.

Por outro lado, o FMI e o governo norte-americano, não só bloquearam todos os créditos destinados ao país como condicionaram o reescalonamento da dívida externa brasileira à implementação do programa de estabilização monetária, bem como ao compromisso de compra da Amforp. Atender às exigências norte-americanas significaria colocar em vigor uma política de contenção salarial, o que, em virtude da ascensão do movimento operário, só seria possível mediante repressão. Goulart via-se novamente premido, de um lado, pelos trabalhadores, sua principal base política e, de outro, pelas pressões econômicas internacionais.

Diante desse impasse, comentou-se que Goulart, em agosto, teria pensado em abandonar a tentativa de estabilização e cogitado a decretação de moratória unilateral com a suspensão de todos os pagamentos até 1965. Paralelamente, determinou a Carvalho Pinto a reativação imediata da Lei de Remessas de Lucros, aprovada pelo Congresso em setembro de 1962, mas ainda não regulamentada. O plano da moratória não foi adiante e Carvalho Pinto, à frente do Ministério da Fazenda, tentou readaptar o Plano Trienal às novas circunstâncias, reafirmando, em final de agosto, seu compromisso de atacar gradativamente a inflação.

Enquanto o governo enfrentava todas essas dificuldades na área econômica, ganhava corpo o movimento conspiratório que, desde a posse de Goulart, tramava a sua deposição. Em função da coincidência de objetivos programáticos, o IBAD havia se unido ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), entidade fundada por empresários visando “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo Goulart”, multiplicando dessa forma a capacidade de atuação daquelas entidades.

Por outro lado, o fortalecimento dos movimentos populares, concretizado através do aumento do poderio dos trabalhadores urbanos, e da organização crescente das massas rurais em ligas camponesas e em sindicatos rurais, fazia recrudescer os temores das classes conservadoras. Com isso, abria-se um amplo espaço para que a ação conspiratória do complexo IPÊS/IBAD ganhasse nova dimensão, a despeito da suspensão do segundo, em agosto, como consequência da comprovação de suas práticas de corrupção eleitoral no pleito de outubro de 1962.

Nessas circunstâncias, a situação do país tendia ao agravamento. Nos primeiros dias de setembro o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Roberto Campos, renunciou ao seu cargo, como um indício do aprofundamento das tensões entre os dois países.

Novo incidente iria agravar a situação política nacional no dia 12 de setembro, quando várias centenas de sargentos, fuzileiros e soldados da Aeronáutica e da Marinha se sublevaram, ocupando, durante a madrugada, importantes centros administrativos de Brasília. O motivo alegado da revolta foi a recusa do Supremo Tribunal Federal (STF) em reconhecer a elegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, mantendo em vigor o princípio da Constituição de 1946. Como o movimento carecia de organização, foi logo controlado, mas os deputados trabalhistas começaram a impulsionar o andamento da emenda constitucional que concedia aos sargentos o direito de disputarem eleições.

Além disso, a rebelião teve implicações de longo alcance. Em primeiro lugar, os parlamentares conservadores ficaram profundamente impressionados. Se uma rebelião de sargentos tão mal coordenada fora eficiente para isolá-los na capital federal, que dizer de um golpe militar vibrado de cima para baixo, ato que eles temiam fosse a intenção de Goulart? Em segundo lugar, considerável parcela da oficialidade se assustou, pois a explosão da indisciplina fortaleceu aqueles setores militares que não haviam concordado com a posse de Goulart e desde então conspiravam contra seu governo, alegando seu comprometimento com os comunistas.

Jango, procurando manter uma atitude de neutralidade, recusando-se a atacar ou defender os rebeldes, aumentou as crescentes suspeitas existentes no seio da oficialidade sobre a sua pessoa. No dia seguinte ao motim, o general Humberto de Alencar Castelo

Branco foi empossado na chefia do Estado-Maior do Exército (EME), condenando os oportunistas reformistas, que, segundo ele, pretendiam substituir as forças armadas por milícias populares de ideologia ambígua.

Nessa altura, a conspiração já caminhava a passos largos. Odílio Denis e Sílvio Heck articulavam-se com grupos civis, segundo a versão dos mesmos, preparando-se para bloquear qualquer tentativa golpista de Goulart para implantar uma república sindicalista no Brasil.

O Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), órgão do Conselho de Segurança Nacional, não ignorava o que ocorria, mas o governo não adotava medidas eficazes que pudessem deter o movimento. Goulart acreditava que, com o apoio popular, neutralizaria qualquer tentativa de golpe de Estado contra seu governo.

Em outubro, novos acontecimentos iriam acirrar as contradições que envolviam o governo. A divulgação de uma entrevista concedida pelo governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, a um jornalista americano, atacando violentamente o governo brasileiro e o presidente Goulart pessoalmente, detonaria nova crise. Os ministros militares consideraram a entrevista injuriosa às forças armadas e sugeriram a Goulart a decretação do estado de sítio para afastar Lacerda do governo e deter o radicalismo crescente, de direita e de esquerda. Contando com o apoio inicial de Brizola e da bancada do PTB na Câmara dos Deputados, Jango enviou ao Congresso no dia 4 de outubro uma mensagem solicitando a decretação do estado de sítio por 30 dias. Todavia, o temor de que a suspensão das liberdades públicas viesse permitir a repressão dos movimentos de esquerda fez a bancada petebista mudar de idéia, levando os principais grupos políticos de esquerda e de direita a condenarem a medida.

Sentindo-se isolado, Jango retirou a proposta que enviara ao Congresso três dias antes. Desde então, começou a perder o controle político e militar da situação. Muitos oficiais graduados do Exército que até então haviam se negado a engrossar a rede de conspirações visando à sua derrubada passaram a aderir a seus companheiros radicais. Ao lado de todas as ameaças vindas dos setores conservadores, Goulart também enfrentava a deterioração de suas relações com as forças de esquerda. Ainda na primeira quinzena de outubro, reuniram-se em Brasília vários parlamentares da FMP,

representantes de Leonel Brizola e de Miguel Arrais, do CGT, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de outras entidades de esquerda, com o objetivo de analisar a posição do presidente da República diante das esquerdas e vice-versa. A conclusão da reunião foi que “o presidente João Goulart estava realizando apenas um governo de interesse exclusivo das classes conservadoras, distanciando-se dos grupos que haviam assegurado a sua posse na crise de agosto de 1961... Logo, as esquerdas deveriam romper com o governo”.

Partindo desse ponto de vista, no dia 14 de outubro, Paulo de Tarso apresentou seu pedido de demissão do Ministério da Educação. Foi substituído por Júlio Sambaqui, antigo funcionário do ministério, sem vinculação partidária. Posteriormente, a FMP, da qual o ministro demissionário era integrante, distribuiu nota à imprensa declarando: “As forças populares querem deixar firmada, com absoluta clareza, sua posição de total independência em relação à política de conciliação do presidente da República e em relação a todo o esquema de poder vigente.”

A despeito de todas essas críticas, o governo fazia sua última tentativa de estabilização. Ainda em outubro, Carvalho Pinto propôs um novo esquema de combate à inflação, através da Instrução nº 255 da Sumoc, que autorizava o Banco do Brasil, na qualidade de agente financeiro da União, a emitir letras destinadas a possibilitar a captação, no mercado interno de capitais, de recursos adicionais não inflacionários. A aquisição desses títulos seria feita por bancos particulares que ultrapassassem os limites de crédito autorizados pelo governo. O objetivo desse plano era captar as economias privadas, que poderiam, então, ser parcialmente investidas em projetos desenvolvimentistas tidos como de alta prioridade pelo Fundo Nacional de Investimento. Se levado a efeito, o esquema de bônus compulsório daria ao governo federal o controle sobre os investimentos por meio do sistema monetário.

A aplicação desse novo plano sofreu fortes críticas dos bancos particulares e não conseguiu atenuar a grave crise econômica e financeira em que o país se debatia. Consciente das dificuldades, Goulart concedeu em fins de novembro longa e pessimista entrevista à imprensa, onde reiterou a urgência das reformas de base, denunciou as forças reacionárias e anti-reformistas e defendeu enfaticamente a intervenção dos trabalhadores na vida pública. Essas declarações criaram novas expectativas para os

setores de esquerda de influírem sobre a composição de um novo ministério e de um novo programa de governo.

Com essa perspectiva, a FMP lançou um manifesto conclamando seus adeptos a reclamarem de Goulart uma recomposição do governo e, ao mesmo tempo, tornando público seu apoio ao nome de Brizola para integrar o ministério. Goulart percebeu que sua política de conciliação entre o centro e a esquerda não apresentava os resultados esperados e começou uma lenta e hesitante caminhada em direção a esta última corrente.

Empenhado em reconquistar o apoio dos setores representados pelos sindicatos, ligas camponesas, entidades estudantis e partidos de esquerda como o PTB, PCB e PSB, únicos segmentos com os quais poderia contar naquele momento, Jango tentou nova ofensiva rumo ao seu projeto nacional reformista. Em princípios de dezembro, nomeou um esquerdista radical, o almirante Cândido Aragão, para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais, o que provocou um protesto público de 26 oficiais da Marinha. Os manifestantes logo foram presos, mas essa ação disciplinar não pôde abafar a opinião predominantemente conservadora no seio da oficialidade naval.

Também nessa ocasião, o presidente concretizou várias medidas que beneficiavam os trabalhadores, como a extensão dos benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais; a obrigatoriedade a todas as empresas com mais de cem empregados de proporcionar ensino elementar gratuito aos funcionários, e o envio ao Congresso de mensagem que concedia ao funcionalismo público o 13º salário e instituía a escala móvel para o reajuste de seus vencimentos.

Ainda em dezembro, Goulart emitiu um decreto determinando a completa revisão de todas as concessões governamentais das jazidas minerais, assim como o cancelamento das concessões não exploradas no curso dos 20 anos anteriores, entre as quais se encontravam as da São João del Rei Mining Co., de propriedade da Hanna Co. Em seguida, tabelou os óleos lubrificantes, vendidos pela Esso, Shell, Texaco e outras empresas estrangeiras, quebrando o domínio das distribuidoras sobre o mercado brasileiro, e outorgou à Petrobras o monopólio das importações de petróleo, através das quais, segundo Muniz Bandeira, até então as refinarias particulares pagavam por um tipo de óleo mais caro, quando na verdade recebiam um produto de qualidade inferior.

Essas medidas tiveram fortes implicações, irritando profundamente os investidores norte-americanos.

Goulart intensificou também a campanha pela reforma agrária. Em vista da impossibilidade de obter a aprovação do Congresso para modificar o artigo 141 da Constituição, determinou à Supra a elaboração da minuta de um decreto que considerava de interesse social (e, portanto, desapropriáveis) os imóveis de mais de 500ha situados nas faixas de dez quilômetros à margem das rodovias, açudes e ferrovias, para reparti-los entre os lavradores sem-terra. Em virtude da intensa oposição das classes proprietárias, a medida foi temporariamente sustada.

Finalmente, no dia 20 de dezembro, Carvalho Pinto, um dos últimos elos que ligava o governo ao empresariado, afastou-se do Ministério da Fazenda. Esse gesto resultou de várias discrepâncias econômicas que separaram Carvalho Pinto e Goulart e, sobretudo, dos ataques de Brizola que, apoiado pelo CGT, FPN, UNE e FMP, reclamava a pasta da Fazenda, através da qual passaria a fiscalizar as atividades financeiras dos demais ministérios. Em seus pronunciamentos, o líder petebista se referia à convocação do seu nome pelo próprio presidente da República, que, não desmentindo as afirmações, desprestigiava Carvalho Pinto.

Contudo, a exoneração de Carvalho Pinto não trouxe o Ministério para Brizola. Em sua caminhada para a esquerda, Jango não chegava às últimas conseqüências. O novo ministro da Fazenda foi Nei Galvão, político pouco conhecido do PSD, que servia como diretor no Banco do Brasil. Essa nomeação era ainda uma tentativa de Goulart de cultivar a desmantelada coalização PTB-PSD no Congresso. A despeito desse novo recuo de Goulart, o fosso entre o PTB e o PSD aprofundava-se na razão direta da aproximação deste com a UDN.

As tentativas de ampliação da base de sustentação popular ao governo para a realização do projeto reformista, significavam não apenas ampliar a oposição das empresas estrangeiras, como também aumentar os atritos com a classe empresarial brasileira. À medida em que aumentava a participação dos sindicatos no sistema decisório, a frente ampla popular-nacionalista se reduzia com a defecção dos empresários nacionais.

Por outro lado, um balanço do desempenho da economia brasileira durante o ano de 1963 demonstrava que, enquanto o produto interno bruto crescera apenas 1,5%, o índice geral dos preços se elevara a uma taxa de 81,3% e, com o déficit de caixa do Tesouro atingindo a cifra de quinhentos bilhões, a expansão monetária evoluíra a um ritmo de 64,3%.

Nessas circunstâncias, a conspiração contra o governo se expandia, e Goulart tinha plena consciência dela. No dia 1º de janeiro de 1964, o diplomata Miguel Osório de Almeida, que servia em Washington, visitou-o em companhia de San Tiago Dantas e do deputado Renato Archer para lhe transmitir a informação de que os Estados Unidos se dispunham a declarar a bancarrota do Brasil, o que só poderia ser evitado através de um pronunciamento favorável à Aliança para o Progresso, programa patrocinado pelo governo americano para desenvolvimento da América Latina.

Em resposta, Goulart afirmou que nenhuma frase sua deteria a conspiração que os Estados Unidos patrocinavam contra seu governo. Já era de seu conhecimento que havia chegado ao Brasil “um certo general Bill, e o brigadeiro Eduardo Gomes que tramava contra o governo fora recebê-lo”. Segundo Jango, esse general se encontrara com Castelo Branco e com o próprio ministro da Guerra.

Internamente, as articulações da direita se desdobravam em novos ataques contra Goulart. Em meados de janeiro, o deputado Olavo Bilac Pinto, presidente da UDN, visando sensibilizar a oficialidade legalista das forças armadas e empurrar setores das camadas médias para o movimento de reação a Goulart, responsabilizou o governo por uma suposta distribuição “de armas a camponeses e trabalhadores da orla marítima” e anunciou que “a guerra revolucionária alcançara, no Brasil, a terceira fase: a da subversão da ordem e obtenção de armas, antevéspera do assalto ao poder pelos comunistas”. Denunciou ainda as manobras continuístas do presidente, afirmando que, com a proposta de reforma constitucional, Goulart visava à alteração do dispositivo legal que vedava a reeleição do presidente da República. Setores de direita consideravam que, com a extensão dos votos aos analfabetos e a realização das reformas sociais, Jango seria imbatível nas eleições previstas para 1965. Essas declarações alarmistas ganharam corpo, na medida em que o confronto das classes se aguçava em virtude das sucessivas greves e invasões de terra no interior, atemorizando os grupos de centro que, cada vez mais, se afastavam de Goulart.

Combatido pela direita, que se preparava para derrubá-lo, e sem o respaldo do PSD para a implementação das reformas que desejava, Goulart só podia contar com as forças de esquerda para se manter fiel à política em que baseara toda sua carreira. Assim, viu-se premido a transferir crescentes recursos políticos aos representantes dos trabalhadores em troca de seu apoio. Além disso, precisava lutar para preservar seu comando sobre o PTB, cada vez mais ameaçado por Brizola e os radicais do partido.

Nesse contexto, Goulart até então sempre inclinado à conciliação, percebia os limites de sua prática política, estruturada sobre um rígido sistema de alianças e demonstrava claramente que já não nutria qualquer ilusão de compromisso com os setores conservadores e muito menos com os Estados Unidos.

Assim, no dia 24 de janeiro, Jango emitiu finalmente a regulamentação que colocava em execução a Lei de Remessas de Lucros aprovada pelo Congresso em setembro de 1962. Esse decreto determinou que o cômputo das remessas deveria incidir apenas sobre o capital base. Os lucros de reinvestimentos deviam ser considerados como capital nacional, não capital estrangeiro, o que contrariava o ponto de vista defendido pelos investidores estrangeiros.

Cada vez mais temerosos das atitudes de Goulart, os militares, liderados pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, com a ajuda do ministro das Relações Exteriores, João Augusto de Araújo Castro, implementaram no final do mês de janeiro, à revelia do presidente, um acordo militar com os Estados Unidos. Esse acordo, sob a forma de um ajuste pormenorizado, previa a necessidade de assistência ao Brasil para enfrentar ameaças ou atos de agressão, ou quaisquer outros perigos à paz e à segurança, conforme os compromissos assinalados na carta da OEA.

Pressentindo a gravidade que a situação apresentava, San Tiago Dantas, ainda que afastado do governo, tentou buscar durante o mês de janeiro uma solução de compromisso, com a formação de uma frente única, que apoiaria as reformas de base, definidas num programa mínimo aceitável pelo PSD, PTB, PCB e os adeptos de Brizola. Apesar dos esforços de San Tiago, a frente não se concretizou em virtude da dificuldade de unir todos os grupos em torno de um programa mínimo, sendo perdida assim a chance de organização de nova base de sustentação do governo a partir da união das esquerdas.

No mês de fevereiro, numa tentativa de deter a alta dos preços, o governo Goulart voltou-se para controles diretos, criando novos órgãos controladores de preços de gêneros de primeira necessidade como vestuário, calçados e remédios.

Ainda nesse mês, a despeito de sua aproximação cada vez maior com os setores de esquerda, realizou uma reforma fiscal que representou sua última tentativa de conciliação. Em virtude do aumento contínuo da pressão produzida pelo déficit no balanço de pagamentos, o governo lançou-se à reforma da estrutura da taxa do câmbio, definindo que, em princípio, todas as importações e exportações deveriam ser transacionadas ao câmbio livre. Porém, concessões importantes foram feitas, como o monopólio outorgado ao Banco do Brasil para receber todas as divisas obtidas pelas exportações de café e açúcar, mantidas à cotação anterior do dólar (seiscentos cruzeiros).

Em seu discurso em 19 de fevereiro, Jango demonstrou novo entusiasmo. As negociações com o FMI haviam sido restabelecidas, as conversações com credores europeus estavam programadas para março e havia perspectivas de novos investimentos europeus e japoneses. Mas os resultados não foram os esperados. Esses acordos isolados não representaram um alívio da crise dos pagamentos ao exterior. O governo dos Estados Unidos, detentor da chave para o refinanciamento da dívida, não tinha a menor intenção de auxiliar o governo Goulart. Ao mesmo tempo, as recentes medidas de Jango desagradavam os nacionalistas, que entendiam a reforma cambial como uma quase rendição ao FMI e exigiam a moratória unilateral.

Vendo suas últimas tentativas de controle financeiro tornarem-se infrutíferas, Jango voltou-se para uma ofensiva política apoiado pelos principais grupos de esquerda, o CGT, FPN, FMP, UNE e alguns de seus assessores diretos, como Raul Ryff, Secretário de Imprensa, e Darci Ribeiro, chefe do Gabinete Civil, a fim de consolidar a formação e unidade de uma frente de apoio às reformas de base.

De acordo com a estratégia desses grupos, o presidente deveria comparecer a uma série de comícios monstros nas principais cidades do país, a fim de mobilizar a maioria da população brasileira em favor das reformas de base. Ao mesmo tempo em que fosse demonstrado esse apoio maciço, Jango começaria a realizar reformas por decreto. A idéia era compelir o Congresso, mediante pressão das massas, a mudar

alguns artigos da Constituição, concedendo ao presidente poderes legislativos para executar as reformas. Quando a oposição do Congresso protestasse, o presidente poderia recorrer a plebiscitos para demonstrar o apoio popular com que contava. Essa nova fase da presidência foi inaugurada no dia 13 de março, no Rio de Janeiro, com um comício monstro na praça da República, em frente à Central do Brasil, que contou com cerca de 150 mil pessoas. Outros se realizariam nas cidades de Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo, onde a campanha pelas reformas de base culminaria com uma concentração de um milhão de trabalhadores para comemorar o 1º de maio.

O comício da Central (ou comício das reformas, como ficou conhecido) contou com a presença das principais lideranças de esquerda. Em seu discurso, Goulart proclamou a necessidade de mudar a Constituição e anunciou a adoção de importantes medidas, através da assinatura de dois decretos: o da encampação das refinarias de petróleo particulares e o da Supra, já preparado desde dezembro, que tornava passível de desapropriação todas as propriedades valorizadas por investimentos públicos (situadas às margens de estradas, açudes e outras obras do gênero). Jango anunciou ainda as outras áreas nas quais estava planejando a promulgação de novos decretos, como o controle de aluguéis, e o envio ao Congresso de mensagem presidencial pedindo a emenda do artigo da Constituição que previa indenização prévia e em dinheiro para as desapropriações de terra. Desejava obter também a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos praças de pré.

A partir do comício das reformas, estava definido que Jango havia se voltado completamente para a esquerda, abandonando sua tradicional política de compromisso. Essa nova postura foi reafirmada na introdução da mensagem ao Congresso Nacional, datada de 15 de março, quando Goulart afirmou: “optei pelo combate aos privilégios e pela iniciativa das reformas de base, por força das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequadas à tranqüila continuidade do novo progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva.”

Desde então a agitação contra Goulart recrudesceu, unificando contra seu governo, proprietários de terras, interesses norte-americanos que conspiravam através da embaixada, e a maioria das forças armadas. Enquanto a UDN, parte do PSP e outros partidos menores reclamavam o impeachment de Goulart, várias entidades como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), Fraterna Amizade Urbana e Rural

(FAUR), União Cívica Feminina (UCF), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e outras, articulavam a realização da chamada Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com a finalidade de sensibilizar a opinião pública contra as medidas que vinham sendo adotadas pelo governo, que, na sua concepção, levariam à implantação do comunismo no país.

Realizada a marcha no dia 19 de março, ficou patente que as forças da oposição apertavam o cerco contra o governo Goulart. A conspiração tomava vulto, recebendo crescentes adesões de elementos militares e civis, que temiam o propalado “iminente perigo comunista”.

Na segunda quinzena de março, o general Artur da Costa e Silva reuniu-se no Rio de Janeiro com os generais Castelo Branco e Cordeiro de Farias, para fazer um balanço da situação nos quartéis de todo o país, revisar os códigos destinados ao uso dos insurretos e dividir entre si tarefas. A Cordeiro de Farias, coube a coordenação da região Sul do país; a Castelo Branco, as articulações com o governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, e a Costa e Silva a coordenação da região em torno do Rio de Janeiro.

No dia 20 de março, Castelo Branco, chefe do EME, lançou uma circular reservada aos oficiais do estado-maior e das suas organizações dependentes, alertando a oficialidade para as ameaças que as recentes medidas de Goulart traziam. Esse pronunciamento de Castelo teve forte repercussão, pois nos círculos da conspiração o chefe do EME era tido como o pólo catalisador de vários movimentos preparatórios e sua fala foi vista como um sinal de que a revolta estava para ser deflagrada.

Porém, muitos oficiais moderados ainda hesitavam em apoiar a quebra da ordem constitucional. O que finalmente galvanizou a ação desses setores foi a eclosão do episódio conhecido como Revolta dos Marinheiros. No dia 25 de março, um grupo de marinheiros e fuzileiros navais, liderados pelo cabo José Anselmo dos Santos, contrariando a proibição do Ministério da Marinha, compareceu a uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio, comemorativa da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade criada para reivindicar e defender os direitos da categoria. Considerando esse ato como uma subversão da hierarquia militar, o ministro da Marinha emitiu ordem de prisão contra os principais organizadores do evento. Contando

com o apoio de seu comandante, o vice-almirante Cândido Aragão, os fuzileiros que deveriam prender os revoltosos aderiram ao levante.

A posição de Aragão, aliada à ordem emitida em seguida por Goulart proibindo as tropas de invadir o local da reunião, provocou o pedido de demissão de Sílvio Mota, que foi imediatamente substituído à frente do Ministério da Marinha pelo almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. No dia seguinte (26/3/1964), o ministro do Trabalho Amauri Silva, representando o presidente da República, conseguiu um acordo com os revoltosos, que foram em seguida presos. Algumas horas depois, contudo, foram libertados por ordem do general Assis Brasil e, posteriormente, anistiados por Goulart.

Essa anistia, que oficializou a quebra da hierarquia militar, agravou ainda mais a crise, empurrando as últimas parcelas de oficiais legalistas para o complô revolucionário. Como para dar a seus inimigos uma justificativa final, no dia 30 de março o presidente Goulart concordou em comparecer a uma reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, apesar de advertido para que não o fizesse. Acreditava que, comparecendo ou não, sua atitude não mudaria o curso dos acontecimentos. Com essa perspectiva, fez um discurso de improviso enfatizando a posição dos sargentos como um elo dos mais expressivos entre as forças armadas e o povo e denunciou as campanhas difamatórias e as dificuldades criadas por seus adversários.

Esse episódio foi a gota d'água para a eclosão da revolta.

Na madrugada de 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora (MG), iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. Deflagrada a sublevação, os principais comandos militares se articularam para dar seu apoio à ofensiva de Minas.

Na manhã desse mesmo dia, Jango tomou conhecimento do levante militar e aos poucos compreendeu que não tinha condições de sufocá-lo, já que o chefe do Gabinete Militar, Assis Brasil, não conseguiu articular as áreas fiéis do Exército de forma a deter o avanço dos rebeldes. Como uma última tentativa de preservar a legalidade constitucional, na tarde do dia 31 Juscelino Kubitschek propôs a Goulart uma solução política para a crise mediante a substituição do ministério por outro marcadamente conservador, o lançamento de um manifesto de repúdio ao comunismo e a punição dos

marinheiros. Com esse objetivo, Amauri Kruel, comandante do II Exército, propôs o fechamento do CGT e da UNE, a intervenção nos sindicatos e o afastamento dos seus auxiliares acusados de comunistas. Jango, porém, repeliu ambas as propostas.

Enquanto isso, a greve geral convocada pelo CGT, em apoio ao governo, fracassava, demonstrando a incapacidade da massa trabalhadora e das forças de esquerda em constituir uma base efetiva de apoio ao governo. Na verdade, o aumento da participação dos sindicatos na vida política brasileira durante o governo Goulart havia sido em grande parte artificial, porque não resultara de um aumento da capacidade de pressão autônoma da classe operária, mas do apoio que as lideranças dos sindicatos oficiais receberam do governo. Esta aliança criou uma ilusão de poder que estimulou os sindicatos a radicalizarem sua orientação política, indo muito além do que suas próprias forças o permitiam.

Assim, na manhã de 1º de abril, a situação já se definira contra o governo, Goulart percebendo que não tinha mais condições de segurança no Rio, viajou para Brasília. A despeito dos esforços de Darci Ribeiro para organizar uma resistência, a capital federal não apresentava condições de sustentação militar. Na noite do dia 1º de abril, Jango viajou para o Rio Grande do Sul com o objetivo de organizar a resistência e defender o poder legal.

Contudo, em Porto Alegre, a despeito das pressões de Brizola e do apoio do comandante do III Exército, general Ladário Teles, para resistir ao movimento, Jango decidiu-se por deixar o país, ao reconhecer que lutar para manter o governo significaria desencadear uma guerra civil.

Segundo depoimento posterior de Raul Ryff, mais tarde Goulart teria se arrependido desta opção. Mas, no dia 4 de abril de 1964 desembarcou no Uruguai em busca de asilo político.

#### No exílio

Após os primeiros tempos na capital uruguaia, comprou uma propriedade agrícola, próxima à fronteira do Brasil, onde se dedicou à criação de gado. Em junho de 1964, três meses depois de deposto, Jango sofreu a primeira crise cardíaca, que voltou a se repetir inúmeras vezes, tornando-se um mal crônico.

Em 1966, tomou parte na Frente Ampla, movimento político lançado por Carlos Lacerda, ex-governador do então estado da Guanabara, e integrado ainda por Juscelino Kubitschek, que tinha como objetivo lutar pela pacificação política do Brasil através da plena restauração do regime democrático.

Em agosto de 1967, a despeito da desconfiança que Lacerda despertava nos meios oposicionistas, Goulart aconselhou seus seguidores a integrarem a Frente, que, segundo seu ponto de vista, era a única alternativa válida naquele momento,

No dia 24 de setembro desse ano, Lacerda voou para o Uruguai e no dia 25 firmou com Goulart uma nota conjunta, na qual a Frente Ampla era caracterizada como um instrumento capaz de atender ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais, pela participação de todos os brasileiros na formação dos órgãos de poder e na definição dos princípios constitucionais que regeriam a vida nacional.

O encontro de Montevideu trouxe uma melhoria nas relações da frente com a oposição parlamentar. Formado em sua maior parte por ex-trabalhistas, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) reviu parcialmente sua posição para com a Frente Ampla, suspendendo as restrições ao ingresso de seus membros na organização. Por outro lado, contudo, o acordo entre Goulart e Lacerda foi denunciado por Leonel Brizola e pelos trabalhistas que seguiam sua orientação como contrário a qualquer entendimento com o ex-governador carioca. O acordo esbarrou também na oposição da família de Getúlio Vargas, que considerava haver uma incompatibilidade total entre os trabalhistas e Lacerda.

Ainda assim, depois do ingresso de Goulart, a Frente reuniu condições para promover dois grandes comícios populares, os primeiros depois da subida dos militares ao poder. Mas a portaria nº 177, assinada em 5 de abril pelo ministro da Justiça, Luís Antônio Gama e Silva, proibiu todas as atividades da Frente Ampla e ordenou à Polícia Federal que detivesse aqueles que violassem a proibição.

Com o fim da Frente, foram suspensas as atividades políticas de Jango, que passou a se dedicar completamente a seus negócios. Nessa ocasião, segundo o jornalista Carlos Chagas, Jango havia adquirido o controle acionário de um hotel de porte médio em Montevideu. O objetivo dessa aquisição era fornecer emprego para os exilados

brasileiros que o procuravam em busca de auxílio financeiro ou desejosos de se aproximarem do ex-presidente com o intento de realizarem articulações políticas. Jango encaminhava todos os que quisessem trabalhar ao hotel, mas não desejava participar de novas articulações políticas.

Paralelamente, o seu estado de saúde se agravava. Em fevereiro de 1968 sofreu novo ataque cardíaco. A partir de então, Goulart residiu em Montevideu e dedicou-se a administrar suas propriedades, localizadas no Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, obtendo grande sucesso em seus negócios.

Em fins de 1973, o então presidente da Argentina, Juan Domingo Perón, convidou-o a morar em Buenos Aires e pediu-lhe que elaborasse um plano de expansão das exportações argentinas de carne para a Europa e outros mercados não tradicionalmente compradores do produto argentino. Com esse objetivo, Jango transferiu-se para Buenos Aires e iniciou os primeiros contatos para elaborar o trabalho que lhe havia sido pedido. Entretanto, o então ministro do Bem-Estar Social e secretário particular de Perón, José Lopez Rega, opôs-se à sua designação como conselheiro em assuntos de exportação. Ainda assim, Goulart decidiu estabelecer-se em Buenos Aires, comprando duas fazendas para criação de gado e associando-se a uma firma de exportação.

Com a instalação do processo de distensão política inaugurado pelo presidente Ernesto Geisel, Goulart, cada vez mais desejoso de voltar ao país, fez gestões para obter em fins de 1974 permissão para o regresso. Segundo Raul Ryff, alterou então seu ponto de vista inicial “de que só retornaria ao país quando não tivesse mais exilados”. Essa mudança, deveu-se ao fato de acreditar que “seu retorno constituiria um fato político capaz de forçar o governo a quebrar sua rigidez em matéria de exilados e assim acelerar o processo de anistia”. Com essa perspectiva, recusou-se a aceitar diversos oferecimentos para regressar ao Brasil de maneira semiclandestina afirmando: “Não quero entrar pela porta dos fundos. Quando chegar ao Brasil, tenho que chegar ao aeroporto do Galeão, não a São Borja.”

Em março de 1976, pouco antes da queda do governo de Isabel Perón, o Exército argentino desbaratou na cidade de La Plata, um grupo de terroristas de extrema direita que tinha como plano seqüestrar o filho do ex-presidente João Vicente Goulart,

para exigir um alto resgate em dinheiro. Ainda nessa ocasião, várias outras personalidades políticas exiladas foram seqüestradas ou mortas na Argentina e Jango chegou a receber ameaças por telefone.

Com sua segurança comprometida, o ex-presidente afastou-se de Buenos Aires, passando a maior parte do tempo nas fazendas no interior e em Montevidéu. Porém, também a capital uruguaia já não era um local seguro para Jango em virtude de intimidações que sua família vinha sofrendo.

Essas circunstâncias, aliadas ao agravamento da sua saúde, levaram ao encaminhamento de novas gestões para a sua volta ao Brasil no segundo semestre de 1976. Os resultados a esse respeito foram retardados em virtude da proximidade do pleito eleitoral de novembro daquele ano.

Nessa ocasião, ainda segundo Raul Ryff, com o aprofundamento da distensão, Goulart acreditava que seu exílio estivesse chegando ao fim e que em breve se abririam possibilidades para seu reingresso na vida política. Com esse ponto de vista, acompanhava de perto os acontecimentos do país e se preparava para rearticular o PTB.

Contudo, no dia 6 de dezembro de 1976, João Goulart faleceu em sua fazenda La Villa, no município argentino de Mercedes, vítima de um ataque cardíaco, sem ter conseguido regressar ao Brasil. Sua morte teve grande repercussão tanto no Uruguai como no Brasil, a despeito da censura imposta ao noticiário relativo ao fato.

Goulart foi sepultado em sua cidade natal, São Borja, na presença de 30 mil pessoas, entre as quais políticos opositores e antigos colaboradores de seu governo.

Era casado com Maria Teresa Fontela Goulart, sobrinha de Spartaco Vargas, irmão de Getúlio Vargas. Teve dois filhos, João Vicente Goulart, que filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), organizado por seu tio Leonel Brizola, elegendo-se deputado estadual pelo Rio Grande do Sul em novembro de 1982. Sua filha, Denise Goulart, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Publicou seus discursos e mensagens na Presidência da República, além de trabalhos produzidos ao longo de sua vida política e administrativa.

Sobre o governo Goulart como um todo, foram publicadas: de Muniz Bandeira, O governo João Goulart; as lutas sociais no Brasil: 1961-1964 (1977) e de Caio Navarro de Toledo, O governo Goulart e o golpe de 1964 (1982).

O movimento de 1964 e a deposição de Goulart foram objeto de grande número de relatos e análises de cunho político, social e econômico.

O arquivo de João Goulart encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: Álbum; ARAÚJO, M. Segundo; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. OSVALDO ARANHA; BANDEIRA, L. Governo; BARSTED, D. Mediação; BENEVIDES, M. Governo Kubitschek; BOITO JÚNIOR, A. Populismo; CAMARGO, A. Questão; CASTELO BRANCO, C. Introdução; Clarín (7/12/76); COHN, A. Previdência; Coojornal (1/77 e 8/78); DULLES, J. Unrest; ENTREV. BRIZOLA, N.; ENTREV. FARIA, H.; ENTREV. PEIXOTO, A.; ENTREV. RYFF, R.; ENTREV. VIANA, J.; ERICKSON, K. Sindicalismo; Estado de S. Paulo (17/2 e 7/12/76 e 24/9/77); FIECHTER, G. Regime; Folha de S. Paulo (7 e 12/12/76); Globo (7 e 8/12/76, 21 e 24/4 e 2/5/81); HARDING, T. Political; Jornal da Tarde (7/12/76); Jornal do Brasil (17/6, 19/10, 7, 8, 9, 12 e 14/12/76, 7/11/77, 24/6/79 e 5/12/80); JUREMA, A. Juscelino; JUREMA, A. Sexta-feira; KUBITSCHKE, J. Meu; LESSA, C. Quinze; MIN. FAZ. Ministros; MOISÉS, A. Greve; Movimento, SP (13/12/76); NICOLAS, M. Cem; RODRIGUES, L. PCB; SILVA, H. História; SILVA, H. 1964; SKIDMORE, T. Brasil; TOLEDO, C. Governo; Veja (14, 15 e 22/12/76); VÍTOR, M. Cinco; WEFFORT, F. Sindicalismo.